Capítulo 4

Bolchevismo e Anarquismo

Enfim, o homem não é inteiramente culpado,
pois não começou a história;
nem inteiramente inocente, pois a continua.
Albert Camus

4.1. Conseqüências da agitação internacional no Brasil

Ao término da Primeira Guerra, em 1918, seguiram-se, no plano internacional e no Brasil, diversas medidas de regulação na gestão dos negócios internos e externos dos países envolvidos direta ou indiretamente no confronto bélico.

A falência do liberalismo não intervencionista, responsabilizado em alguns aspectos pela constituição dos motivos que geraram o conflito, fez com que organismos internacionais, reunidos em uma grande instância deliberativa, tentassem arbitrar questões nevrálgicas que se evidenciavam já nos anos que antecediam o conflito.

No Tratado de Versalhes, assinado em 1919, entre outras coisas, podemos verificar, através de seus artigos, a necessidade de projetos mais claros no campo do trabalho. Como parte da fragilização do liberalismo, o Tratado defendia a urgência do arbitramento do Estado ou, pelo menos, da mediação deste nas demandas cada vez mais evidentes resultantes do crescimento da classe operária.

Não só a Revolução Russa de 1917, com seus resultados devastadores para a tranqüilidade de uma classe abastada e soberana no modelo econômico dominante, contribuiu para isso, mas, também, a necessidade de se acomodar e redimensionar interesses do bloco capitalista, algo atônito com os novos tempos.

Como órgão integrante das iniciativas das forças capitalistas triunfantes nos campos de batalha da Europa, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) constituiu-se em fórum privilegiado das futuras mediações nos impasses, cada vez mais evidentes, entre capital e trabalho.

Era imperativo, sendo a própria essência do Tratado de Versalhes, que o novo

medidas de "nivelamento" que proporcionariam a diminuição dos perigos levados a efeito por uma miséria latente entre os trabalhadores:

> "Daí, propõem-se preventivamente medidas de proteção ao trabalhador. De outro lado, essas mesmas medidas representam um grande risco: como a legislação trabalhista significa maior ônus ao capital, os produtos dos países que a adotarem serão mais caros que os daqueles que não o fizerem; nessa medida, cria-se uma situação de 'competição desigual' entre os países no comércio internacional – o que pode gerar uma nova guerra mundial. Por isso, a condição de implantação das leis trabalhistas e a sua aceitação por parte da maioria dos países (senão de todos)."[1]

A intervenção do Estado, nas questões diretamente ligadas à mão-de-obra, já se fizera sentir nas primeiras grandes levas de imigrantes que chegaram ao Brasil, em fins do século XIX. Embora chamado ao campo do trabalho, o Estado, até aquele momento, no mais das vezes, servira apenas de peça gestora de recursos ou para fomentar, por via de propaganda, o deslocamento dos imigrantes de seus países de origem.

Entretanto, a partir dos anos 10, como promotor de uma política nacional de interferência mais sistemática nos assuntos do trabalho, o claudicante modelo liberal do Estado brasileiro logrou relativo sucesso, particularmente em 1918, com o "Departamento Nacional do Trabalho".[2] A natureza federalista da Constituição de 1891 dificultou, do ponto de vista formal, uma série de tentativas de se colocar em vigor, através de medidas do Executivo, uma legislação única para os trabalhadores do país.[3]

Assim, com o crescimento do movimento operário no Brasil e a percepção, por parte do empresariado, da necessidade de alguma coordenação nas ações adotadas na mediação dos conflitos, o liberalismo nacional desenvolveu um modelo singular que, por uma peculiaridade histórica, antes mesmo do Tratado de Versalhes, aceitou alguma interferência do Estado.

A cada lei, e foram numericamente significativas na década de 1910, aprovada pelo governo, imiscuindo-se no campo do trabalho, diminuía o poder de barganha do sindicato. Para os patrões, nem sempre pareceu clara a proporcionalidade inversa: na medida em que o Estado legislava, o sindicato perdia sua legitimidade. Era eliminado do espaço decisório o órgão representativo dos trabalhadores condicionando o diálogo, cada vez mais, às instâncias oficiais.

Há que se evidenciar a perda, por parte do empresariado, da "consistência" da retórica liberal, situação de contradição que se justificava na garantia da retirada gradual do entrave que representava o sindicalismo.

Com a criação, em 1923, do "Conselho Nacional do Trabalho" (CNT), o governo

deveriam assumir as relações com os empresários. E, em sentido semelhante, como signatário do Tratado de Versalhes, o Brasil cumpriria também uma parte de suas obrigações. O CNT foi a forma encontrada, pelo governo, para conciliar as especificidades do modelo político-econômico nacional aos compromissos internacionais. Criado em pleno governo de Arthur Bernardes, representou, em grande medida, os interesses da classe dominante ao alijar os grupos radicais do campo decisório. O Estado mediaria, com pretensa imparcialidade, os inconvenientes e constrangedores embates entre os operários e o empresariado.

A nova realidade, a transformação da questão social em algo passível de legislação, nem sempre agradou aos patrões. Em determinados momentos, o revés marcou as investidas dos empresários no que tange às decisões legais em última instância. Mas, como um todo, os resultados foram bastante positivos para os setores patronais mais esclarecidos, visto que a nova organização assegurou que a fiscalização das leis não fosse feita pelos sindicatos.[4]

Apesar de os anarquistas não concordarem com a vigência de um órgão para a normatização do trabalho, estes, por compreenderem a gravidade do momento, não se ausentaram do campo das discussões. E, no que diz respeito às reuniões da OIT em Genebra, o periódico sindicalista lisboeta *A Batalha*, publicava uma interessante notícia sobre o Brasil. Segundo o referido artigo, Castelo Branco Clark, delegado brasileiro na conferência, havia proferido entusiasmado discurso sobre as excelentes condições de vida do operariado nacional, aludindo à harmonia existente entre o governo e a grande massa de trabalhadores. No entanto, Clark foi interpelado por Cornelius Matens, vice-presidente da Federação Sindical Internacional de Amsterdã, com o seguinte desmentido:

> "'Em princípio de março houve uma grande greve dos trabalhadores têxteis no Rio e uma dos ferroviários em Santos: estas duas greves, estas duas expressões de liberdade de associação, foram sufocadas pela força militar. Nesta mesma cidade do Rio nos fins do ano passado, nos meses de setembro e outubro, operou-se uma *razia* contra as organizações sindicais e seus militantes; uma parte entre eles foram deportados para o Oiapoque no estado do Pará, onde reina a febre amarela, faz extremo calor e a vida é difícil. É assim que se respeita nesse país ideal o direito de associação dos trabalhadores.
>
> Diga-se o que quiser, mantenho todas as acusações que fiz, e acrescento que possuo mais documentos, que não mostrei, porque são demasiado comprometedores para o governo brasileiro.'"[5]

Em julho de 1925, chegava ao Brasil o Diretor-Geral da OIT, Albert Thomas. Enviado para inspecionar as condições de trabalho, entre outros festejos, foi recebido na União dos Estivadores por uma banda da Polícia Militar e discursos de

Albert Thomas, em que pese o clima improvisado de boas-vindas, recebeu uma carta assinada por vários operários na qual figuravam numerosas denúncias de prisões de trabalhadores, espancamentos e deportações.[7] A carta dava conta da violência das autoridades, em relação ao movimento operário, e afirmava que a repressão não se circunscrevia apenas a dissolver comícios ou a proibir manifestações.

A denúncia feita pelos operários, ao oficial da legação internacional dava conta de uma grave situação. Uma questão mais profunda justificava os temores aparentemente mais imediatos dos operários: paralelamente ao diuturno desmonte dos sindicatos revolucionários, os oficiais de polícia acompanhavam de perto as querelas e cismas no seio das associações mais radicais, já bastante fragilizadas pelas conseqüências da repressão.

Enquanto entidades "colaboracionistas", ou "amarelas"[8], gozavam de relativa tranqüilidade, os anarquistas e comunistas percebiam a conjuntura sob o prisma da dupla hostilidade: por um lado, a sistemática ação do governo e, por outro, a disputa fratricida nos espaços sindicais.

4.2. *Komintern*: a estratégia vem de fora

Distintamente à perspectiva defendida pelos sindicalistas revolucionários para a organização operária no Brasil, os comunistas basearam sua ação em diretrizes bastante definidas, vinculadas aos princípios da IIIª Internacional, de 1919, opção que deixava este grupo revolucionário em vantagem, se comparados seus métodos e práticas com os dos anarquistas.

A via institucional, não rejeitada pelos comunistas, ampliava-se como fórum de discussão das políticas sociais ligadas ao trabalho. Processo esse ironicamente precipitado pelas greves e pela ação dos anarquistas que, durante as duas primeiras décadas do século, impediram os governos de ocultarem por completo a existência de uma "questão social" no Brasil.

As lutas dos primeiros anarquistas no meio sindical estavam pautadas pelas seguintes perspectivas: marcar a presença da classe operária organizada em sindicatos, ligas e associações e construir um "ente" sócio-político, não partidário, o trabalhador.

Por outro lado, principalmente no que se refere à contrapartida institucional, a sensibilização dos órgãos de Estado e do patronato não aconteceu por acaso. A legislação de cunho laboral obedeceu, desde os primórdios, à lógica da harmonia do valor moral do trabalho, com os interesses da classe proprietária. Mesmo com a resistência, como vimos, de um grupo significativo de empregadores, as leis já atendiam às necessidades do capital em detrimento do operário.

A sacralização do trabalho e sua identificação como valor supremo, que acontecia em paralelo às medidas oficiais, despolitizava a unidade produtora mais imediata e interessada, que era o próprio operário. Assim sendo, a marcha empreendida pelo governo, na senda da legislação social, deslocava o eixo da atenção do produtor para a retórica erigida para representá-lo.

Por efeito inverso, o aumento da importância das leis trabalhistas pilhava do trabalhador sua significação enquanto elemento chave de sua própria condição. E, em determinado sentido, pode-se encontrar nesta transformação, a inversão que, após 1930, logramos perceber no 1º de Maio, ao transformar-se de data de protesto em feriado festivo.

A ressignificação do trabalho e a sujeição dos agentes do processo produtivo ao efeito de sua imagem incluem-se, em grande parte, no conjunto de transformações que empurraram o anarquismo para o seu ocaso e que forneceram ao comunismo a "sobrevida" negada ao seu congênere libertário.

No que se refere ao crescimento do Partido Comunista, sabe-se que os princípios do marxismo-leninismo foram adotados pelos primeiros bolcheviques, no Brasil, com poucas adaptações. O desejo de significativa fração dos militantes em obter a filiação do PCB nos quadros da Internacional Comunista, não permitiu, ao menos nos primeiros anos, grande originalidade na interpretação dos escritos de Lenin.

Para os comunistas, o avanço das forças produtivas esbarrava em mecanismos da estrutura política e econômica do país e, desta forma, eles apreciavam a realidade objetiva:

> "A revolução burguesa transforma-se, portanto, em programa do partido, e o seu fundamento reside na destruição rápida da velha 'superestrutura' (já em andamento no período, segundo Lenin), para a liberação das forças produtivas sobre a base capitalista. Dito de outra maneira, a revolução burguesa tem como objetivo resolver a *questão agrária*, pois sobre as relações sociais do campo se assenta toda a velha 'superestrutura', responsável pelo entrave do desenvolvimento das forças produtivas sobre a base capitalista."[9]

Sob o prisma de revolução democrático-burguesa, escreve De Decca:

> "No período de 1928 existiam em São Paulo pelo menos três propostas de revolução vindas de agrupamentos políticos diferentes: o Partido Democrático, os 'tenentes' e o Bloco Operário e Camponês. Para qualquer desses setores políticos a categoria revolução, com maior ou menor intensidade, substantivava as suas propostas e definia para o conjunto do social, lugares diferentes para a criação da história, ou melhor, do futuro almejado."[10]

Para os comunistas, a revolução democrático-burguesa colocava em curso

uma estratégia de luta de classes.[11] Era, para eles, a forma possível de inserção política.

Em conformidade com esta convicção, em 1928, o Bloco Operário e Camponês (BOC) criava células em várias localidades do país. Em São Paulo, uma dessas unidades nascia com o objetivo de organizar os operários têxteis — que viviam uma conjuntura bastante crítica em relação ao confronto com os empresários —; outro propósito do BOC era a defesa de iniciativas para criação de leis sociais e a luta parlamentar.[12] As células defendiam, com bastante clareza, a estratégia dos comunistas, e reforçavam as distinções em relação aos anarquistas.

Muito do que veio a consubstanciar os projetos e atitudes dos comunistas, nos primeiros anos da existência do partido no Brasil, estava evidenciado nas resoluções dos primeiros congressos da Internacional Comunista (IC).

Michel Zaidán resume algumas das premissas básicas e eixos de discussão, no interior da IC: no IVº Congresso, de 1922, existiam basicamente duas posições, com respeito ao debate sobre a questão colonial e nacional: uma que propugnava pela colaboração dos comunistas com as forças "objetivamente revolucionárias", inclusive a burguesia local; e outra que acreditava ser essa colaboração provisória, devendo o proletariado lutar para garantir a hegemonia sobre outras forças constitutivas do movimento de libertação local, ou seja, que se desse o estímulo para que o proletariado assumisse uma posição hegemônica e autônoma no interior da "frente única antiimperialista".

Pouco depois, em 1924, no Vº Congresso, a questão nacional e colonial mantinha-se como objeto de uma intensa discussão. Manuilsky defendia a tese segundo a qual, num estágio democrático-burguês, os comunistas deveriam apoiar os movimentos de libertação nacional, mesmo encabeçados pela burguesia. N. M. Roy, distintamente, fazia restrições à participação dos comunistas nesses movimentos por entender que existia certa complementariedade entre os interesses do grande capital internacional e as burguesias nacionais, principalmente após a Primeira Guerra. No VIº Congresso, em 1928, provavelmente como reflexo das discussões anteriores e o aumento da consciência sobre a necessidade de uma política mais clara para a América Latina, pela primeira vez o *Komintern* destinava um capítulo especial no qual constavam algumas estratégias a serem adotadas pelos partidos comunistas daquela região.[13]

Em setembro de 1928, J. Humbert-Droz[14], publicava um extenso manifesto no boletim, *La Correspondencia Sudamericana*, de Buenos Aires[15], sobre a situação da América Latina no contexto do VIº Congresso. No corpo do texto, sobre a legitimação e origem do BOC, Droz afirmava que a primeira questão era a frente única das forças revolucionárias, das relações dos PCs e do proletariado em geral, com as outras classes ou outras camadas sociais revolucionárias. O proletariado e o PC deveriam, em primeiro lugar, buscar a união com o campesinato, visando

aos operários agrícolas e organizando os camponeses pobres, os arrendatários e os colonos, em ligas camponesas orientadas pela política do *Komintern*. Segundo esta lógica, somente a aliança estreita do proletariado industrial com a grande massa dos operários agrícolas e de camponeses explorados pelo imperialismo e pelos proprietários de terra seria capaz de resolver os problemas fundamentais do movimento revolucionário latino-americano.[16]

E sobre as relações com a pequena burguesia, acrescentava Droz:

"A frente única das forças revolucionárias, porém, coloca também a questão das relações do proletariado e dos comunistas com a pequena burguesia e suas formações políticas. Nossa atitude a respeito das camadas revolucionárias da pequena burguesia (intelectuais, artesãos, funcionários etc.) é diferente de nossa atitude a respeito das diversas camadas do campesinato. Temos a seu respeito a dupla tarefa de construir com ela a frente única revolucionária contra o imperialismo e os proprietários de terra, na medida em que ela seja um fator revolucionário da situação, e ao mesmo tempo de combater e denunciar suas vacilações, seus compromissos, suas traições, de maneira a arrancar-lhe a hegemonia na luta e tomar a direção das grandes massas camponesas ainda sob sua influência."[17]

Para o *Komintern*, as alianças com os segmentos mais progressistas eram desejáveis; entretanto, os comunistas deviam evitar a adesão sob a forma de agremiação partidária à um "partido nacionalista revolucionário pequeno-burguês."[18] Da "frente única", formada pelo PC e seus aliados táticos, era imprescindível aproveitar o ensejo para a conquista da hegemonia no processo de luta comum. O essencial seria que o partido comunista não admitisse essa posição inicial — aliança na frente única — como decisiva sobre a direção e a hegemonia na luta; era apenas uma forma de colaborar o mais ativamente possível para a vitória do bloco revolucionário.[19] Para a IC, o momento decisivo do processo revolucionário revelar-se-ia na passagem da fase democrático-burguesa para o estabelecimento da hegemonia do proletariado[20], fato que se verificaria no curso da luta revolucionária, quando o PC iria adquirir a influência decisiva sobre as massas, graças ao trabalho de propaganda e de organização entre os operários, os camponeses e determinadas camadas da pequena-burguesia.[21]

Com base, muito provavelmente, no que havia acontecido quatro anos antes no Brasil, Droz afirmava que a hegemonia pequeno-burguesa normalmente imprimia à luta revolucionária uma forma típica na América Latina: o golpe de Estado militar, a participação de segmentos do Exército e de destacamentos de operários e camponeses armados, sob a direção de oficiais oriundos das camadas médias da sociedade, para tomar o poder. As greves e insurreições dos operários nas cidades e dos camponeses no interior, a atitude da massa, em geral, seriam somente um auxiliar da ação militar. A luta pelo poder político estaria no primeiro

plano e as reivindicações fundamentais dos camponeses e dos operários seriam utilizadas como "alavanca revolucionária acessória", sem que a pequena burguesia organizasse a massa e a empurrasse no sentido de criar os órgãos "capazes de assegurar a realização de suas reivindicações".[22]

A esperança na adesão de segmentos do exército e da participação, de parte deste, em uma insurreição social denota, sem dúvida alguma, a prevalência, nas estratégias comunistas, de princípios dinâmicos apreendidos nas jornadas revolucionárias de 1917, na Rússia. Não que os comunistas quisessem, sem observar peculiaridades históricas, reproduzir mecanicamente as ações dos grupos revolucionários no leste da Europa, mas, estava bem clara, nas linhas do manifesto, a permanência das imagens que fundaram o primeiro Estado Socialista da história.

Como retórica revolucionária, as referências com respeito a uma experiência recente e bem sucedida não foram abandonadas. Não foram raros também, os momentos, no discurso dos panfletos dos comunistas, em que a dialética, tão cara aos mesmos, foi convenientemente empurrada para o fundo da cena em favor da livre associação das imagens de uma revolução real a socorrer outra em andamento. Imagem transformada em esteio e exaustivamente utilizada nas soluções apresentadas pela IIIª Internacional para a América do Sul.

A linha revolucionária dentro dessa visão, como o fio de Ariadne[23], tornava a caminhada pelos tortuosos corredores da ruptura social um pouco mais segura. Podia-se assim, com o "azimute" fornecido pelo *Komintern*, medir a que ponto os grupos afiliados distavam do objetivo estabelecido pelo comunismo internacional. Se as prescrições da experiência comunista não preveniam de todos os caminhos equivocados, ao menos garantiam o retorno, possibilitando novas escolhas, diante das encruzilhadas criadas pelo própria especificidade do momento histórico.

Todas estas questões, que se expressam no grau de alinhamento do PC brasileiro com os ditames estabelecidos em Moscou, levaram ao aprofundamento ainda maior das divergências entre anarquistas e comunista.

A via política (partidária), o reforço às leis de assistência aos trabalhadores, as alianças táticas com os partidos pequeno-burgueses ou setores mais radicalizados do Exército acabaram por incompatibilizar, em escala progressiva, a convivência de ambas as correntes revolucionárias. Os comunistas que, a partir de 1927, pregavam mais insistentemente a frente única proletária, encaravam os anarquistas como uma incômoda permanência presente nas alternativas e proposições políticas de mudança.

O combate iminente entre os sindicalistas anarquistas e os sindicalistas vermelhos havia que se dar justamente em sincronia com os arranjos levados a efeito pelas oligarquias dissidentes e os militares insurretos, panorama que, a nosso ver, favoreceu uma das partes contendoras do bloco sindical, em detrimento da outra, a anarquista.

Para os anarquistas, a frente única feria princípios básicos, já defendidos no "Primeiro Congresso Operário" de 1906, de autonomia sindical pela pluralidade, acusados por isso de sectários. Questão que, nos primeiros tempos, havia sido tratada de forma diplomática pelos comunistas.

Vejamos o que dizia um boletim da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo, em 15 de novembro de 1926: "'Está claro que a frente única não implica a renúncia a princípios de ordem doutrinária. Não chega a ser um acordo político, uma pacificação, sequer um armistício entre os que sustentam opiniões diferentes (...). Quando se fala em frente única, é no terreno neutro, da luta econômica.'"[24] De tendência comunista, o boletim misturava aspectos divergentes entre os dois grupos revolucionários.

Para Kazumi Munakata, a proposta comunista, na qual a Confederação Geral do Trabalho (CGT) seria o vértice de uma estrutura piramidal, defendia a organização de federações por território e categorias:

> "Cada federação, por sua vez, agruparia – em bases territoriais e por categoria – todos os sindicatos correspondentes. O que caracteriza tal estrutura de organização sindical é a sua *centralização*, totalmente distinta do modelo descentralizado dos anarquistas, em que cada entidade filiada mantém a sua completa autonomia. Para os anarquistas, o princípio da autoridade é inegociável."[25]

Por tudo, não restava aos comunistas escolha no que se referia ao confronto com os anarquistas:

> "Apesar de as massas operárias desorganizadas e de difícil mobilização serem majoritárias e se encontrarem sob influência da política assistencialista do Estado, intermediada pelo sindicalismo 'amarelo', que conseguia assim significativa margem de consenso, o PCB optou por voltar suas energias para o combate às direções anarco-sindicalistas, pois aí se decidiu a posição da vanguarda operária."[26]

Através do órgão oficioso do partido, *A Nação*, no Rio de Janeiro[27], os ataques aos métodos libertários intensificaram-se em proporção direta aos espaços ocupados pelos comunistas[28]. Os anarquistas, acoimados de todos os pejorativos, comprovados, segundo os seus detratores, na observação empírica de seus métodos, estariam ocupando o lugar indevido na condução dos sindicatos.

A opção, por convergir com determinados setores liberais em críticas pontuais e alianças provisórias, ligava-se claramente ao caminho que trilhou o PCB na defesa dos direitos constitucionais e de participação ativa no processo eleitoral formal. Embora os anarquistas, em determinados momentos, como em 1927, houvessem aderido a frente de protestos contra a lei Aníbal de Toledo[29], jamais, como

o fizeram os comunistas, aceitaram os "acordos estratégicos" com os setores democráticos das classes burguesas.

Movimentos como o "Núcleo de Defesa dos Direitos Constitucionais" (NDDC) de 1927, majoritariamente liberal, encontraram nos comunistas, como instância representativa dos operários, apoio bastante significativo. A esta estratégia, acrescentava-se a participação em concorridos comícios por causas democráticas ou de comprovada validade moral (pró-Sacco e Vanzetti), manifestações locais e convocações públicas com o fito claramente aglutinador.

A conquista da hegemonia na organização econômica pela classe operária, graças ao seu epigonismo partidário, seria, segundo os militantes comunistas, a conseqüência desejada no processo em que a revolução "democrático-burguesa" era um artifício e ao mesmo tempo etapa necessária para ganhos qualitativos.

Segundo Otávio Brandão: "(...) o melhor modo de trabalharmos pela revolução proletária é procurarmos os meios de transformar a revolução democrático-pequeno-burguesa em revolução proletária."[30]

No seu livro, *Agrarismo e Industrialismo*, de 1924, Otávio Brandão justificou muitos dos seus pontos de vista sobre o caminho a ser tomado pelo partido. A obra, inspirada nos princípios das teses de Lenin, Marx e Engels[31] representou, para o IIº Congresso do PCB, referência fundamental. Nela, Brandão lançou as bases de um tipo de interpretação que permaneceria vigorosa até os anos 50, na qual o Brasil era concebido como país feudal, carente de organização da burguesia nacional e desprovido de elementos empreendedores no setor secundário da economia.

A aliança com a pequena burguesia tornava-se não só necessária, como também, inevitável. Eram assim descritos alguns dos motivos no referido livro:

"A política é fatalmente agrária, política de fazendeiros do café, instalados no Catete. Existe uma posição burguesa desorganizada, caótica. Dois únicos partidos organizados – o Comunista, ainda fraco, pobre, fundado há pouco mais de dois anos, e o Partido Republicano, dos grandes fazendeiros de café, partido forte, rico, partido do governo – quer dizer, os dois extremos, a extrema esquerda e a extrema direita. Uma burguesia industrial e comercial politicamente nula, desorganizada."[32]

Destarte, o atraso político, sob este prisma, poderia ser claramente o reflexo da estrutura agrária prevalecente, embora o proletariado tivesse conseguido "o seu partido desde 1922"[33].

Com um discurso marcadamente militante, Octávio Brandão envereda pela senda do didatismo mecânico, ao admitir que:

"Dominado por esse agrarismo econômico, bem centralizado, o Brasil tinha de ser dominado pelo agrarismo político, conseqüência direta daquele. O agrarismo político é a

denominação política do grande proprietário. O grande proprietário no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador da enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumeeira e a servidão nos alicerces. Idade Média."[34]

Assim sendo, o próprio Octávio Brandão recomendava: "Apoiemos como aliados independentes, *como classe independente*, a pequena burguesia na sua luta contra o fazendeiro de café, pois, segundo Marx, é preciso sustentar os partidos pequenos-burgueses quando estes resistem à reação."[35]

Demonstrando sua crença no processo histórico concluía que: progredia a proletarização da pequena burguesia; crescia sua experiência revolucionária; acabavam muitas de suas ilusões; desagregava-se a média burguesia; aumentava a concentração capitalista; acirrava-se a rivalidade entre a grande burguesia industrial e o fazendeiro do café; brigavam entre si os "politiqueiros" paulistas e mineiros e aumentava a importância do proletariado.[36]

É bem verdade que teses como estas explicam-se pela conjuntura política específica de seu tempo; todavia, essa lógica não abandonaria o princípio das estratégias do partido comunista por longas décadas.

A partir do quadro geral esboçado, pode-se entender uma série de atitudes tomadas pelos comunistas no decorrer dos anos 20. A viagem, de alguns poucos dias, realizada por Astrojildo Pereira[37], o principal dirigente do PCB, ao encontro de Luís Carlos Prestes na Bolívia, em dezembro de 1927, pode, entre outras coisas, ser tomada como demonstrativo.

Com estratégia semelhante, o partido persistiria em sua "tarefa pedagógica", ensinando às classes médias através dos escritos consagrados e dos panfletos que incitavam à reflexão pela via do materialismo, a necessidade da observância do papel histórico do proletariado.

4.3. Anarquistas precursores do Comunismo

A "Revolução de Outubro" na Rússia permitiu uma gama variada de atitudes e interpretações, tanto no interior dos distintos segmentos sociais do Ocidente burguês como também no direcionamento das estratégias de classe. Para as organizações operárias, tratava-se de um importante passo para a concretização do fim do capitalismo, de resto tão apregoado pelos diversos matizes da esquerda mundial. Aos governos, parecia-lhes uma nova forma de organização bizarra e anômala a todos os convencionais meios de constituição do Estado.

No Brasil, as classes dirigentes perceberam nesta Revolução um ingrediente a mais no já explosivo meio sindical. Tratava-se de uma vaga incômoda a revolver sedimentos sociais que deveriam permanecer amalgamados, distantes da cena pública.

Para os anarquistas, a possibilidade de transformação radical e as esperanças há muito estimuladas e evidenciadas nos momentos de confronto com a burguesia, convergiam para o leste europeu. Não fizeram, os libertários, nos anos imediatamente seguintes, grandes distinções entre os grupos revolucionários em evidência no interior do processo. As divergências com os métodos do marxismo-leninismo passaram ao largo da imagem otimista, gravada nas mensagens que chegavam ao Brasil, dos primeiros tempos.

A República dos Sovietes contemplava, no mais recôndito dos rincões sindicais, as expectativas com a organização federalista e comunista libertária. À figura de Lenin, associada à declaração de "Todo o poder aos sovietes"[38], somaram-se as esperanças de um projeto mais amplo de socialismo. No léxico revolucionário brasileiro, da segunda metade da década de 10, as prédicas anarquistas harmonizavam-se com a idéia do comunismo revolucionário.

Como conseqüência desta conjuntura, o livro de Hélio Negro e Edgard Leuenroth, *O que é o Maximismo ou o Bolchevismo*, de 1919, teria sido escrito, segundo os autores, com o intuito de alertar os operários para a importância do assunto. Produzido em linguagem simples e direta, o texto registrava as principais metas da Revolução Russa, compatibilizando-as com os princípios libertários: "O regime vigente na Rússia é uma organização de defesa e reconstrução, a caminho do almejado comunismo libertário, que trará a todos a paz, o bem-estar e a liberdade."[39] A necessidade da obra, executada com o tradicional didatismo militante, justificava-se também pelo objetivo de apontar os caminhos para a organização operária, em caso de semelhante oportunidade no Brasil. Além disso, o conteúdo do texto reservava para as estruturas do capitalismo e as classes dominantes as mais duras críticas, acrescidas, é claro, de menções nada elogiosas aos organismos internacionais como a Liga das Nações. Segundo os autores: "No estado de miséria em que estão os povos de quase todo o mundo, só o comunismo, como forma econômica de estreita solidariedade, pode salvar a humanidade da ruína completa."[40] Podemos observar, por esta afirmação, que não havia restrições na utilização da palavra comunismo, mesmo sem o complemento libertário, realidade que não resistiria aos anos subseqüentes.[41]

Na situação em que se encontrava a política brasileira, na transição do governo de Delfim Moreira para o do presidente Epitácio Pessoa, as tensões entre operários grevistas e a polícia não cessavam de crescer. A imagem dos sovietes influenciava não só as projeções e estratégias dos sindicalistas como também os discursos mais exaltados dos militantes anarquistas. A redenção dos trabalhadores submetidos ao sistema "iníquo" do capitalismo, segundo se pensava, não tardaria a acontecer.

O otimismo embalado pela Revolução não estimulou apenas panfletos e convocações às greves insurrecionais. Foi este espírito, alimentado pelo gosto do possível triunfo, que possibilitou a organização de uma frente com os setores populares mais radicalizados. Sob o título de partido, em março 1919, os anarquistas fundaram um núcleo que deveria estimular o diálogo entre os partidários da revolução — como vimos, eram outros os pudores em utilizar a legenda comunista. E à iniciativa, coube o nome de "Partido Comunista".[42] Esta agremiação obedecia, no entanto, aos princípios da doutrina anarquista, condenando a ação política partidária e defendendo o federalismo dos núcleos afiliados. Era, para os libertários, o partido exaustivamente defendido pelo italiano Malatesta, ainda nos últimos anos do século anterior.[43]

Desta forma, "A Primeira Conferência Comunista do Brasil" realizou-se no Rio de Janeiro, de 21 a 23 de junho de 1919. Muitas vezes chamada de Congresso, foi, na opinião de Leuenroth, "uma assembléia de todo o movimento anarquista do Brasil".[44] O evento contou com a participação de 22 delegados, 17 brasileiros natos e 5 residentes estrangeiros no Brasil, do Distrito Federal, Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo.[45] A José Oiticica coube alguma proeminência nos debates; entretanto, segundo os princípios libertários, rejeitou a titulação de presidente das assembléias.

As jornadas de 1919 foram tremendamente significativas, pois muito do que se discutiu em suas plenárias iria repercutir de forma decisiva para os debates do "Terceiro Congresso Operário", que se realizou entre os dias 23 a 30 de abril, na sede da "União dos Operários em Tecidos", na Rua do Acre, 19, sobrado, em 1920.[46] Na pauta do referido congresso entraram as seguintes questões: "Os Trabalhos Agrícolas", "Ação Sindical", "Métodos de Organização e Táticas de Luta", "A reação contra o proletariado", "Educação e Instrução", "A Lei de Acidentes", além de outras questões.[47] Em um dos temas debatidos, com o título "Orientação e finalidades", nos itens 17, 18 e 19, levantaram-se as seguintes problemáticas:

> "– As organizações operárias em face da intromissão reacionária do elemento clerical, nos meios proletários; – A organização Operária em face dos problemas políticos do país e – A organização operária, a luta de classes e a finalidade do operariado organizado."[48]

Definia-se, dessa forma, grande parte das preocupações e manutenção de princípios do encontro, e ainda se discutia os recentes acontecimentos de 1919 e o avanço da revolução na Europa. Percebe-se, neste período, a aliança com o bolchevismo ou, pelo menos, a esperança em um porvir no qual a singularidade das propostas divergentes pudesse contribuir, no interior da dinâmica revolucionária,

com a experiência soviética. A palavra comunista não só aparecia no boletim do Congresso como também uma moção de congratulação à IIIª Internacional de Moscou.[49] Portanto, há que se considerar tal atitude, pois, nos congressos, eram dirimidas muitas dúvidas e estabelecidos tacitamente acordos, simpatias e desafetos.

Em que pese o recrudescimento ainda maior do aparato legal contra os anarquistas, além do desejo expresso por estes de discutir a unidade, a partir do "Terceiro Congresso Operário", o ano seguinte, 1921, foi o "*topus* cronológico" da discórdia mais explícita entre comunistas e libertários. Em um primeiro momento, como debate cordial e, logo em seguida, assumindo sentido fratricida.

Escrevia Astrojildo Pereira, ainda como anarquista, em *A Plebe* de 4 de junho de 1921, sob o título " Nada de Precipitação":

"Vai ganhando terreno, entre nossos militantes operários, a idéia de organização, sob novos moldes, das hostes proletárias. Sentem todos, de resto por experiência própria, que os métodos até aqui adotados não satisfazem, por insuficientes e deficientes, às necessidades da luta. A organização por ofício, localista e federalista, sobre ser absolutamente incompreendida no que se refere a federalização, forma uma verdadeira poeira de núcleos dispersos e dispersivos, onde as energias, ao invés de concentrarem num bloco homogêneo, se desperdiçam infrutiferamente, e o que é mais grave, se amesquinham num estreitíssimo espírito corporativista. Temos visto os resultados de tal sistema: fraqueza particular de cada sindicato, fraqueza geral das federações, diante da força compacta e agressiva do inimigo."[50]

No texto o sindicalista, não só se percebe a adequação às propostas sindicais da IIIª Internacional como a oportunidade, ditada pelas perplexidades e questionamentos, levados a público no "Congresso Operário" do ano anterior, sobre a qual se funda o argumento do articulista. Ele aproveitava a recalcitrância de alguns "anarco-sindicalistas", em relação ao modelo sindicalista revolucionário, em crise no Brasil desde o fim de 1917, e atribuía a este fato a necessidade de mudança. Em novembro de 1921, Astrojildo Pereira fundaria o "Grupo Comunista do Rio de Janeiro", importante prelúdio para a organização do Congresso que criou o PCB em março de 1922.

Astrojildo Pereira escreveria, em 1952, que as greves e agitações de massa no período 1917/1920 tinham revelado a incapacidade teórica, política e orgânica do anarquismo para resolver os problemas de direção do movimento revolucionário de expressão histórica; mesmo quando a situação objetiva do país — em sintonia com a conjuntura mundial oportunizada pela Grande Guerra de 1914 e pela vitória da revolução na Rússia — abrira perspectivas favoráveis e radicais de transformação na ordem política e social. Para ele, a tomada de consciência, por parte do operariado militante, da debilidade do corpo teórico do anarquismo, principalmente em meados de 1921, teria levado à organização dos primeiros

grupos comunistas, que se constituíram como passo inicial para a formação do Partido Comunista.[51]

O fatalismo da apreciação não deixa dúvidas de seu compromisso ideológico com a causa que veio a abraçar, após alguns anos nas fileiras do anarquismo. A crítica iconoclasta, que elaborou Astrojildo Pereira, em relação aos seus antigos postulados diferiu, em grande parte, dos ataques virulentos e levianos dos outros militantes que, como ele, haviam "abjurado" as convicções libertárias. Mas é certo que partiram dele os ataques mais infamantes e corrosivos. Cuidadoso, não desqualificava os anarquistas como indivíduos, mas sim, descrevia a anatomia do desgaste inevitável do modelo. Do seu ponto de vista e de sua análise global da causa mundial, ele vaticinava, na sua revista "Movimento Comunista", em 1922:

"Ora, pois que fenômeno por natureza, é fundamentalmente um fenômeno internacional, não podia o Brasil escapar à crise e seus efeitos. O meio brasileiro é, porém, um meio singular. Nunca houve aqui partidos ou correntes sistemáticas propriamente socialistas. Todo o movimento proletário revolucionário no Brasil tem sofrido influência quase que exclusiva dos anarquistas. Assim, entre nós, a crise tem sido e é do anarquismo. Esta crise, latente desde o advento do bolchevismo, chega a um desfecho lógico, com a constituição do partido comunista composto, em quase totalidade, de elementos de formação anarquista"[52]

A adesão de Astrojildo Pereira ao comunismo, ainda hoje objeto de longas digressões, foi sem dúvida motivo de grande espanto para muitos anarquistas do período. Entrementes, Edgar Rodrigues, na sua vasta obra sobre o período, nos revela um fato bastante interessante. Segundo o memorialista e historiador, com base em entrevistas com Edgard Leuenroth, seu filho Germinal e Pedro Catalo, a chegada ao Brasil de Ramison Subiroff, delegado russo do *Komintern*, teria como efeito um contato com Edgard Leuenroth, para que este organizasse a primeira célula partidária sob a inspiração exclusivamente bolchevista no país. Declinando do convite, o gráfico anarquista, segundo o historiador, teria sugerido, para possível substituto, o nome de Astrojildo Pereira.[53] Edgard Leuenroth, militante em São Paulo, de grande prestígio, morreu em 1968 como anarquista. Colaborou com Astrojildo Pereira[54] e conhecia-o bastante bem. As conclusões de Edgar Rodrigues, nesse sentido, estão amparadas pela proximidade dos dois militantes e pela tendência apresentada pelo futuro secretário geral do PCB, já em fins de 1920.

Em entrevista, publicada no ano de 1967, para comemoração dos 50 anos da Revolução Russa, verifica-se a confirmação das relações entre os históricos ativistas:

"O nome de Astrojildo Pereira surge na conversa. Edgard Leuenroth refere-se a ele com ternura e saudade.

– Astrojildo e eu fomos como irmãos – diz. – Quando ele vinha a São Paulo, dormia no meu quarto e comia lá em casa. Senti muito a sua separação, quando ele deixou o movimento para formar o PCB."[55]

Percebe-se, dessa forma, que a cisão no movimento operário não se restringiu apenas a danos estruturais ou ideológicos.

A crise da representação libertária no movimento operário, como é já de largo conhecimento, não pode ser entendida em separado do advento do "bolchevismo". O que, para os comunistas, era uma clara conseqüência das contradições inerentes ao anarquismo, para os libertários, muito ao contrário, o fenômeno expresso pela crise vinculava-se à utilização, divorciada da ética, que faziam os comunistas dos espaços sindicais. Não era apenas a concorrência ou a superação de um método por outro, mas sim o desvirtuamento de uma conduta por seus "filhos renegados".

Os anarquistas haviam se preparado, por todas as primeiras décadas do século XX, para resistir aos confrontos com a polícia. Perceberam muito cedo a ambígua e sinuosa proposta cooperativista. Mas, sob o forte apelo da conjuntura revolucionária, tardaram a identificar as possíveis conseqüências do apoio dado ao "bolchevismo"[56], nos primeiros anos da Revolução Russa.

O entusiasmo revolucionário obliterou, em grande medida, boa parte da apreciação crítica a respeito dos parceiros na histórica virada do socialismo. Uma perplexidade troiana, se quisermos buscar parâmetros clássicos, teria tomado os anarquistas diante da fissura produzida no interior do movimento pelas novas idéias "bolchevistas". Afinal, no caso brasileiro, e que se repetiu em outras partes do Ocidente, os quadros organizativos do PC foram justamente recrutados no interior da militância anarquista.

A Associação Internacional dos Trabalhadores, refundada após a IIIª Internacional Comunista, tentando preencher lacunas da organização internacional, mantinha-se fiel aos princípios federalistas e descentralizados do anarquismo que, aos olhos de alguns militantes, careciam das diretrizes mais estreitamente comprometidas com a disciplina partidária. A Internacional Anarquista, pela sua própria constituição estatutária, não se prestava à condução, pela rígida orientação dos comitês centrais, para o mundo da "revolução". E, por este fundamento foi, muitas vezes, preterida pelos entusiastas das formas mais centralizadas de mudança social. O Estado proletário e a pátria socialista apareceram nos primeiros momentos da Revolução Russa como demonstrativos palpáveis dos pressupostos do bolchevismo. Tudo mais parecia retórica esvaziada de sentido.

À formulação centralista dos bolchevistas coube todo o mérito da vitoriosa mudança histórica. E, contra esta imagem, nem as "argumentações mais lúcidas" e os discursos de princípios lograram efetivos resultados.

Em 1920, um opúsculo de José T. Lorenzo procurava orientar os tortuosos caminhos da revolução:

"O maximalismo está na moda. A burguesia teme-o. O proletariado aceita-o com entusiasmo.

A maior propaganda maximalista, como sempre, fazem-na aqueles que perseguem e ofendem os maximalistas.

O temor da burguesia dimana principalmente de que o maximalismo não vai, como o anarquismo, até à anulação de toda a autoridade, mas sim à conquista do governo.

A ditadura do proletariado assusta a burguesia exploradora. O temor da burguesia e o entusiasmo dos operários, não podem contudo, afastar-nos da realidade e da verdade.

Maximalismo, não é anarquismo, não é liberdade; é sobretudo, socialismo integral.

Mas a falar a verdade, a maioria dos operários e dos burgueses, não sabe claramente o que é maximalismo; do mesmo modo, não sabe o que é anarquia."[57]

José T. Lorenzo insistia não apenas em esclarecer conceitos, mas definir os limites entre as propostas. O autor, uma das poucas vozes dissonantes naquele ano, procurava em bom termo dissecar os princípios das duas vias em questão.

Sabe-se, ainda hoje, da dificuldade de interpretar, como o fez o autor do opúsculo, com o mínimo de ponderação, idéias tão afetadas pelo otimismo de uma época. E, talvez, o grande contraponto a este texto seja o libelo otimista, *O que é maximismo ou bolchevismo*, escrito um ano antes com o firme propósito de unificar as referidas doutrinas, ou pelo menos imprimir-lhes o mesmo sentido.

Ao estimular o diálogo com o bolchevismo, sublimando as especificidades do anarquismo em relação ao seu aliado, os sindicalistas revolucionários principiaram alguns passos de sua própria derrocada. E foi, ironicamente, sob o "sopro original" da propaganda anarquista, que as notícias das jornadas de outubro de 1917 se espalharam pelo Brasil.

Assim pensando, sobre a crise do projeto anarquista e suas prováveis causas, constata Sheldon Leslie Maran:

"O declínio do sindicalismo revolucionário talvez tenha ocorrido não em função de uma irrelevância, mas em função do surgimento do marxismo e seu bem sucedido modelo revolucionário. Depois da Revolução de outubro, os organizadores marxistas já podiam receber amparo psicológico e material de uma nação revolucionária. Os anarquistas não tiveram esse privilégio."[58]

A força da imagem e a possibilidade de contar com recursos de uma "pátria proletária" legou aos comunistas, não apenas no Brasil, uma força retórica e sentido prático de suas estratégias nunca antes experimentados na história por qualquer grupamento revolucionário.

4.4. A imprensa e os matizes do radicalismo operário

Os primeiros meses do ano de 1922 marcaram, na imprensa operária e anarquista, um período de intenso debate, no que tange à formação do bloco comunista. Fenômeno tornado mais intenso e acirrado com o passar dos anos.[59] Em *A Plebe*, de 18 de março de 1922, os anarquistas demarcavam os limites da sua oposição:

"No desenvolvimento de nossa ação, entendemos que os anarquistas devem manter em face das demais agrupações político-sociais, uma atitude de intransigente afirmação dos princípios libertários, sem preocupação da hostilidade, podendo com as mesmas estabelecer conjunção de esforços nos momentos de atividade contra os manejos reacionários e em defesa dos direitos populares."[60]

Na mesma época, escrevia Octávio Brandão, ainda anarquista, em artigo intitulado "Paz entre nós, guerra aos Senhores":

"Não observais as mentiras, as calúnias mais torpes contra os homens mais puros? Trabalhadores, anarquistas e bolchevistas, tende juízo!

Tende juízo, repito! Anarquistas deixai em paz os bolchevistas; fazei a vossa obra de guerra ao capitalismo; estudai todos os problemas da reconstrução social.

Bolchevistas, deixai em paz os anarquistas; fazei a vossa obra contra o capitalismo; preparai as forças proletárias para a Revolução Social.

Quem vos fala assim, continua na mesma posição de outrora; não aderi aos bolchevistas; não concordo com a ditadura.

Mas também não concordo com a exaltação doentia de muitos elementos das fileiras anarquistas.

Venho, contra os fanáticos de ambos os lados, lembrar a grandeza do homem livre; a independência do homem que pensa por si próprio; que não tem espírito de casta ou de seita; que se coloca mais além das lutas estreitas; que sabe ver os erros, mas sabe ver também as qualidades do adversário; que não serve a uma política; que não sacrifica a verdade a uma razão de estado ou a um interesse de partido."[61]

Temos assim um panorama de chamadas à consciência no qual as alianças dos anos anteriores serviam aos apelos mútuos de bom senso.

Não trataremos dos motivos de fina sintonia que fizerem mudar de idéia os antigos militantes libertários, posteriormente incorporados ao Partido Comunista. Nos interessam as divergências e atitudes extremadas que caracterizaram determinados ativistas, quer em favor de uma causa ou outra. Elementos que, como Octávio Brandão, tentaram como anarquistas defender a conciliação e, após a conversão, tornam-se inimigos viscerais do antigo sistema de idéias.

A constituição do primeiro núcleo do PCB não deixava dúvidas sobre a matriz na qual se formaram sete dos nove de seus fundadores.[62] E se, por um lado, o movimento operário, sob a orientação anarquista, havia apresentado descontinuidades e crises, os comunistas, em que pese sua estruturação distinta, "herdaram", de seus pares de véspera, a identificação com o germe da cisão.[63] Não que fosse uma característica particular dos anarquistas o comportamento cismático e as divergências autofágicas. A disputa pela visibilidade sindical com os amarelos, socialistas reformistas e setores indefinidos do meio, tingia a crítica libertária das cores mais radicais. Em um quadro comparativo, aos sindicalistas anarquistas coube o rótulo de insidiosos perturbadores da unidade sindical, além, é claro, de obstrutores da harmonia entre capital e trabalho. Este fato, em alguns momentos, era acompanhado de descompassos entre os grupos do, por sua vez nada monolítico, corpo teórico do anarquismo.[64]

Muito do que se discutiu no interior do movimento sindical revolucionário, em torno do qual gravitaram muitas das tendências libertárias, sobre os caminhos para a emancipação do proletariado, acabou por ensejar algumas modulações para se alcançar a via desejada das transformações radicais, em que pese a singularidade das propostas formais dos grupos libertários para ruptura com a sociedade capitalista. Entretanto, no plano mais alargado da militância cotidiana, estas especificidades não pareciam tão fundamentais.[65]

Entendemos que, diferente do que veio a acontecer no período de disputa com o PCB, os anarquistas mantiveram seus debates internos muito mais no âmbito da sua imprensa. Talvez, pela própria natureza da teoria posta em causa pelos anarquistas, ao negarem o espaço da política formal, as "disputas" apresentavam-se aos interessados como simples debates de idéias.

Em muitos aspectos, a prática anarquista do livre debate e exposição de pensamentos acabou, por força de seus detratores, ligada à idéia de dissensão. Mesmo após a hegemonia do PCB, a simples menção da palavra "anarquia", ou associação de determinado militante à mesma, podia desencadear um processo de expurgo.

Entre alguns casos, o de Bernardo Canellas[66] nos parece significativo: indicado pela "Comissão Central Executiva" (CCE) para participar do "IVº Congresso da Internacional Comunista", por encontrar-se na França à época, retornaria do referido evento para ser expulso do partido.

As atitudes de Canellas, durante a sua permanência em Moscou, contribuiriam decisivamente para a sua exclusão dos quadros do PCB. Ele sofreu a acusação da CCE, no Brasil, de ter feito, no Congresso, declarações improcedentes, colocando a direção nacional sob suspeita do *Komintern*. O episódio serviu de base a outras medidas de segurança adotadas pela cúpula do partido nos anos seguintes. Os erros do "delegado" logo se justificariam pela sua origem:

"E para resumir: igual a muitos militantes do seu tempo defende posição ideológica bastante ampla e ambígua, sem uma linha definida, onde determinados valores do evolucionismo se confundem com os do anarquismo, e estes com algumas premissas das escolas socialistas, formando todo um conjunto de idéias vagas, onde predominam lugares comum."[67]

Canellas, que havia abandonado o anarquismo por achar necessária a criação de um órgão político mais centralizado, para influir no movimento operário mundial, ironicamente acabava por ser excluído através de uma instância criada a partir de pressupostos defendidos por ele. E, no ano de 1923, iniciava uma campanha de denúncias contra as táticas, a seu ver, equivocadas do PCB.[68]

Embora preterido pelo partido, Canellas se manteria comunista e convicto de ter o bolchevismo adquirido certa notoriedade, após a revolução de 1917, com base nas experiências assimiladas do socialismo e do anarquismo.[69] Pensamento que o compatibilizava com muitos militantes libertários, contumazes detratores dos afiliados ao *Komintern*. Na coluna trabalhista do jornal *A Pátria*, sob o auspicioso apoio de Marques da Costa, escreveu com alguma freqüência artigos sobre a situação sindical. Não hesitava em atacar o nicho partidário comunista com pesadas acusações e insinuações de sérias conseqüências.

Em artigo intitulado "Uma Tentativa de Domesticação"[70] (Anexo 11), alertava para a perigosa estratégia adotada pelos comunistas ao se aproximarem dos cooperativistas para maior penetração nos meios operários. Segundo Canellas, a "Confederação Sindicalista Cooperativista" pautava-se há muito pelo alinhamento aos interesses dos governos, buscando sempre a proteção dos órgãos oficiais. Na figura de seu dirigente, Sarandy Raposo, a referida Confederação caracterizava-se pela parceria na "domesticação do proletariado". De acordo com sua análise, Sarandy Raposo demonstrava seu oportunismo ao buscar na proposta da formação da "frente única", defendida pela IIIª Internacional, um elemento para a materialização de um acordo "tático" com os comunistas. E asseverava, aos seus "camaradas", que a união com os reformistas não lhes traria as bases proletárias tão desejadas mas sim a fragilização, ainda maior, das iniciativas revolucionárias, por conseqüência da infiltração dos cooperativistas nos espaços de ação mais radicais.

Por todo o artigo, não fica difícil constatar a preocupação de Canellas com respeito às associações dos comunistas com líderes do "colaboracionismo" sindical. Fica bastante clara a ênfase dada pelo articulista aos rumos assumidos pela política pragmática do PCB, em cumprimento da formação da frente revolucionária. Ao fazer um breve histórico sobre medidas oficiais relacionadas ao trabalho, a partir de 1910, Canellas explicitou algumas opiniões que podem caracterizá-lo como pensador singular da esquerda revolucionária de sua época.

Não só pela simpatia a Hermes da Fonseca, como também pela crítica a Maurício de Lacerda e a Joaquim Pimenta. E mesmo, em sua admoestação ao PCB, evidenciava fatos fundamentais à compreensão das especificidades dos acordos efetivados pelos comunistas, seus desdobramentos e possíveis conseqüências.

Em meio ao longo artigo de Canellas, a referência ao jornal *O País* não se encontrava no corpo da denúncia como mera ilustração. Neste órgão, compartilharam das mesmas colunas os líderes reformistas, comunistas e políticos da situação: realidade largamente denunciada pelos anarquistas, através da tribuna da seção trabalhista de *A Pátria*. As relações dos comunistas com o jornal situacionista *O País*, e particularmente a participação na coluna trabalhista dirigida por Sarandy Raposo, aumentavam as suspeitas que se viam, para os anarquistas, confirmadas quando da publicação do segundo número do órgão oficial comunista *A Classe Operária*, sintomaticamente composto e editado nas dependências do referido diário governista[71].

Canellas colocava também em dúvida a existência dos 100.000 "soldados desconhecidos" da "Confederação Sindicalista Cooperativista do Brasil", alertando para os interesses de Sarandy Raposo em conhecer as organizações revolucionárias. Para ele, os comunistas franqueavam aos reformistas, em troca de filiações fictícias, detalhes de suas estruturas organizativas.

Entretanto, o conteúdo do artigo não chega às raias da acusação ética ao PCB. O partido era tido por Canellas como uma espécie de inocente útil. Coube a Sarandy Raposo o papel de ardiloso arrivista.

A aproximação do líder reformista dos comunistas não se esgotava em possíveis acordos pontuais ou alianças. Mesmo em recintos sob o controle do PC, Sarandy Raposo discursava nas seções especiais de doutrina. Os relatórios da 4ª Delegacia Auxiliar assim o atestavam: "Dezembro, 19 [1923] – No Centro Cosmopolita, o Sr. Sarandy Raposo, fez uma conferência sobre a organização de Cooperativas."[72] A polícia, em seguidos relatórios, aludia às dissensões internas do movimento operário; mesmo a aproximação entre os cooperativistas e comunistas não passou sem registro às autoridades policiais. Na verdade não era muito difícil compreender tais arranjos em formação, bastando, para isso, acompanhar as mútuas acusações desferidas através de *A Pátria* e *O País*.

Os anarquistas em 1923 e 1924, no Rio de Janeiro, contavam quase exclusivamente com a seção trabalhista de *A Pátria*, título incomum para um jornal que abrigava uma seção dirigida pelo operário anarquista e jornalista, Marques da Costa, mas que se explicava pela oposição assumida pelo periódico ao regime de Arthur Bernardes.

No seu livro de memória Octávio Brandão confirmaria a presença comunista em *O País*:

"Em 1923-1924 participei da luta vitoriosa pela conquista de repouso semanal para os trabalhadores em padarias.

Também em 1923-1924, colaborei na 'Seção Operária' do jornal *O País* do Rio de Janeiro. Aí publiquei trabalhos de Lênin e de outros líderes da Internacional Comunista, a tradução da notável biografia de Marx escrita por Lafargue, artigos da revista *La Correspondance Internationale* de Paris e grande parte do livro *Rússia Proletária*."[73]

Brandão relatou que muitas notícias e análises da conjuntura mundial eram veiculadas pelo referido periódico, dentro das prédicas do *Komintern*. Segundo ele, teria escrito muitas vezes sob pseudônimo, para escapar às perseguições, o que não deixava de ser bizarro, tendo em vista pertencer o jornal ao grupo governista.

Como referido, a proximidade dos comunistas com a redação de *O País* suscitou, em muitos libertários, a desconfiança e a crença de uma eventual aliança daqueles com o governo, para o combate ao sindicalismo anarquista. Mas esta não era a conclusão da totalidade dos militantes. Alguns, como José Oiticica, ao menos até 1923, tentaram investir em uma "necessária" política de vizinhança ética com os comunistas:

"Dirijo-me aos camaradas do partido comunista do Brasil, os ex-camaradas anarquistas hoje filiados ao bolchevismo russo. Ao contrário dos vários atuais anarquistas, considero ainda "camaradas", no sentido revolucionário da palavra, a esses transviados do anarquismo. Continuo amigo de todos eles e reconheço a sinceridade das suas opiniões. Ninguém mais do que eu reprova os ataques muitas vezes ofensivos, as disputas pessoais, sempre azedas, entre anarquistas e bolchevistas, como se tais acrimônias lograssem alguma coisa útil à revolução. Penso que devemos discutir acaloradamente as idéias e os métodos sem jamais descer às invectivas e muito menos às suspeitas mútuas, sempre desorganizadoras e dispersivas. Toda vez que ouço dois revolucionários, dois inimigos do capitalismo, se digladiarem e injuriarem, ouço longe a gargalhada burguesa. As desavenças proletárias são o sustentáculo capitalista mais seguro. Principalmente se tais dissensões separam "militantes", isto é, a vanguarda revolucionária."[74]

Oiticica, em todo o texto, reafirmava a necessidade da convivência pacífica, incluindo em sua análise uma autocrítica à falta de coesão dos anarquistas no âmbito internacional, pois conforme explicava: "(...) os próprios anarquistas admitem a sua realidade de tal fraqueza, embora apontem as causas determinantes dela e as procurem corrigir."[75] E concluía, após ressaltar os vários pontos de convergência das duas doutrinas: "Se os bolchevistas estão de boa fé, segundo creio, se são visceralmente revolucionários, não têm melhores aliados que os anarquistas."[76]

Com esta observação, Oiticica colocava a aliança com os anarquistas em uma proporção direta com a revolução:

Talvez entre os grupos libertários, que muito cedo repudiaram as possíveis infiltrações "bolchevistas", não haja discurso mais enfático e determinado que o dos membros da "União dos Operários em Construção Civil" (UOCC). Em um longo manifesto de 16 de março de 1922, publicado em *A Pátria*, com o título "Refutando as Afirmações Mentirosas do Grupo Comunista", os filiados ao referido sindicato subscreviam um texto aprovado em assembléia.

O problema havia se iniciado após o oferecimento do "Grupo Comunista" para auxiliar na tentativa de libertação de um militante da UOCC, atitude interpretada, pelos membros desta organização, como ingerência partidária em questões sindicais. A confusão que se segue, além da acusação formal dos comunistas de que a recusa de seus préstimos devia-se a um "grupelho", representa uma peça típica das primeiras escaramuças entre os "anarco-sindicalistas" e os aspirantes à III[ª] Internacional.

A UOCC, em seu manifesto, publicado em *A Pátria*, dava largas ao pensamento dos membros da construção civil buscando compatibilizá-lo com as premissas do federalismo e o histórico alinhamento com o anarquismo[77] (Anexo 12).

No manifesto, encontram-se muitos dos ingredientes que seriam recorrentes nas polêmicas e divergências entre uma e outra doutrina. Em quase todo o documento, o eixo argumentativo gira em torno da conversão dos ex-anarquistas que, naquele momento, estariam desprezando as convicções dos anos anteriores.

Os militantes da UOCC foram, por toda a década de 1920, os oponentes mais ferrenhos e intransigentes da doutrina bolchevista. Encarnaram a consciência crítica e punitiva dos "desviantes".

Ao ser refundada, em pleno ano emblemático de 1917, a UOCC[78] mantinha-se fiel aos preceitos do sindicalismo revolucionário e do anarquismo. Esta associação, desde 1921, era considerada a "cidadela do anarquismo",[79] tendo sido em várias oportunidades devassada e os seus militantes punidos severamente pela polícia.

A construção civil erigia, dessa forma, uma legenda que seria ampliada nos anos seguintes, nos quais a União não esteve sequer um único semestre livre das medidas discricionárias do poder de polícia. Em 1923, como acontecera nos períodos anteriores, a convocação para uma assembléia na Rua Buenos Aires, nº 265, sede da "União dos Trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Cafés e Similares", dava conta de mais um fechamento da UOCC, que tinha suas dependências à Rua Barão de São Félix, 119.[80]

Já a essa altura, os apelos ao retorno de velhos militantes, afastados do labor sindical, ocupavam largos espaços nas colunas firmadas pela UOCC.[81]

As investidas dos delegados auxiliares e os constantes encerramentos de suas portas afastavam um grande número de ativistas conforme registrava *A Pátria*:

"Ainda há pouco, sob o pretexto de que na sede da Construção Civil se reuniam grupos de anarquistas e que esses grupos tramavam contra as instituições um golpe de força, com objetivo de derrubar o governo, e instaurar nesta capital o regime dos "sovietes" (que irrisão!), foi assaltada essa sede por numerosa força policial sob as ordens do Dr. Dilermando Cruz, 3º delegado auxiliar, e presos cerca de 20 operários, cuja atitude de respeito à autoridade nada lhes valeu ante à ferocidade dos agentes, que espancaram sem dó nem piedade, José Adão e Antenor Faria."[82]

Neste episódio, ocorrido em 13 de abril de 1923, os informes dos sindicalistas primavam não só pelas denúncias mas também pela tentativa de tornar clara a arbitrariedade das agressões policiais. Atitudes truculentas que evidenciavam, segundo o órgão operário, o caráter persecutório dos assaltos e prisões. Ao referir-se aos acontecimentos, em matéria publicada em *A Pátria*, um operário, que sofrera os rigores do regime, oculto pelo anonimato, experimentava mais uma vez os limites das liberdades ao ter seu texto censurado. Muitas linhas foram borradas no claro intuito de limitar o juízo que os sindicalistas faziam daqueles dias de confronto.[83]

No dia 19 daquele mês, as chaves eram devolvidas aos operários da Construção Civil por ordem do Ministro da Justiça, e nova assembléia era marcada para data próxima. Entretanto, alguns operários continuavam na Central de Polícia.[84]

Um artigo de julho de 1923, subscrito por dois anônimos operários do sul do país e comentado pelo jornalista Marques da Costa, dava uma pequena demonstração de como os militantes da UOCC entendiam o papel histórico desempenhado pelo sindicato. Em tom triunfalista e de exortação ao passado recente de glórias, nos anos de 1917, 1919 e 1921, nos quais a União destacara-se na liderança de greves e movimentos de rua, não faltaram as referências aos desafetos comunistas. Segundo o artigo, foram os operários "conscientes" da construção civil os primeiros a denunciar os "corvos, ainda cobertos de brancas plumas," que já demonstravam o seu potencial degenerativo à frente de organizações sindicais; teriam sido os "velhos militantes do sindicalismo revolucionário" os pioneiros na crítica mais contundente aos "fascio-comunistas"[85] (Anexo 13).

Fica patente que, a partir de julho do referido ano, os reclamos em relação às infiltrações do "neo-sindicalismo", na tentativa de dividir a UOCC, principalmente utilizando os pintores, assumiam espaços cada vez mais amplos. Como antídoto ao fenômeno "divisionista", os militantes recomendavam observância dos princípios do "sindicalismo revolucionário".[86]

O "confusionismo" e a denúncia de "comitês revolucionários anônimos" foram, durante todo os primeiros meses do segundo semestre, a tônica das orientações

e solicitações de cautela por parte da UOCC.[87] Ao empreender o combate aos elementos desestabilizadores e concomitantemente desenvolver uma política salarial com os embasamentos "científicos" necessários, a Construção Civil envidou esforços em demonstrar sua eficiência, tanto no reforço da luta econômica quanto no caráter estatístico de suas legítimas reivindicações. Elaborou, para tanto, um extenso artigo analítico[88] sobre a carestia e os padrões salariais de vários segmentos sob sua representação.

Em um período que ia de 1913 a 1923, a UOCC demonstrava a justeza matemática das necessidades dos seus filiados. Produzido com as terminologias bem ao gosto da sociologia da época, o longo texto procurava mostrar o quanto eram razoáveis as solicitações salariais. Sem abdicar dos tradicionais apelos panfletários, o referido artigo utilizava o método "científico" para criar o *ethos* que dava às classes operárias a tranqüilidade da defesa das "liberadas públicas e das conquistas humanas."[89] Não era original a iniciativa de buscar, nos frios registros estatísticos, o elemento empírico para as argumentações mais candentes. No entanto, neste como nos outros casos, havia na iniciativa uma escrita subliminar que tentava diluir o caráter de intransigência, insistentemente divulgado pelas classes dominantes, em assuntos de natureza salarial.

Demonstrativo da distribuição por tendência dos principais sindicatos do Distrito Federal:

SINDICATOS/FEDERAÇÕES	DIREÇÃO	OBSERVAÇÕES
União dos Operários da Construção	Anarquista	Federada a FORJ, fundada em 04/04/17
União Geral dos Trab. em Hotéis, Restaurantes, Cafés e Similares	Anarquista	Fundadora da FORJ
Sindicato de Ofícios Vários de Mal. Hermes	Anarquista	Fechado pela polícia em 1924; foi fundador da FORJ
Associação de Carpinteiros Navais	Anarquista	Fundadora da FORJ
Centro de Operários em Pedreiras	Anarquista	Aderiu a FORJ em 1924, pertencia a FTRJ no ano anterior
União dos Operários Ferradores	Anarquista	Aderiu à FORJ em 1924
União dos Operários Tanoeiros	Anarquista	Fundadora da FORJ
Aliança dos Operários em Calçados e Classes Anexas	Anarquista	Fundadora da FORJ

SINDICATOS/FEDERAÇÕES	DIREÇÃO	OBSERVAÇÕES
União Geral dos Metalúrgicos	Anarquista	Aderiu a FORJ em 1924
Sindicato dos Fundidores e Anexos	Anarquista	Fundado em 1920, aderiu a FORJ em 1924
Federação Operário do Rio de Janeiro	Anarquista	Fruto da Cisão da FTRJ em 1923
Centro Cosmopolita	Comunista	Fundado em 1903, foi anarquista
União dos Alfaiates	Comunista	Membro da FTRJ
Associação dos Funileiros, Bomb. Hidráulicos e Classes Anexas	Comunista	———
União dos Empregados em Padarias	Comunista	Membro da FTRJ
Associação Gráfica do Rio de Janeiro	Comunista	Fundada em 1915, Astrojildo Pereira era seu dirigente
União dos Trabalhadores em Fáb. de Vassouras	Comunista	Pouco definida no sentido de suas ações
Aliança dos Trabalhadores em Marcenarias	Comunista	pouco definida no sentido de suas ações
Centro dos Operários Marmoristas	Comunista	Aderiu a FTRJ em 1924; principal militante: Minervino de Oliveira
Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro	Comunista	Fundada pelo anarquista Carlos Dias em 1920

Obs: Os sindicatos "amarelos" contavam em número de 25; os independentes e "combativos", cerca de 6 e os indefinidos, ou seja, maleáveis ao sabor da conjuntura, 19. Dos 20 órgãos de tendência revolucionária, expostos na tabela acima, ocupavam os anarquistas a maioria das entidades, com a expressão de 55% do total; os comunistas alcançavam a proporção de 45%. Fonte: Jornal *A Pátria*, Seção Trabalhista, dos anos de 1923 e 1924.

4.5. Federação contra Federação

A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), criada em 1920, nascia sob a inspiração do sindicalismo revolucionário. Seu primeiro diretor, o anarquista Carlos Dias, fazia publicar no periódico *A Voz do Povo*[90], em 6 de fevereiro de 1920, o texto completo do estatuto aprovado em assembléia geral. A

FTRJ se manteve, durante os dois primeiros anos da sua formação, fiel aos princípios estatutários abrigando em seu interior maioria anarquista.

Além da garantia de priorizar a luta econômica, item explicitado em seu Artigo 1º,[91] definia, em seu Artigo 3º, o seguinte princípio:

> "A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro não pertence a nenhuma escola, facção ou doutrina política, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias ou religiosas, nem tampouco qualquer dos seus membros, individualmente livres e autônomos, poderá servir-se de um título ou função da Federação, com esse intuito".

O capítulo VII, das disposições gerais, artigo 21º, propunha: "A Federação, desde que isso se torne possível, entrará em entendimento com as federações congêneres e demais sociedades de resistência do país, com o fim de reativar a reorganização da CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA."[92]

Os itens apontados acima não deixavam dúvida da estreita ligação entre a FTRJ e os anarquistas. Entretanto, em 1923, sob a legenda desta Federação, foram travadas as mais autofágicas disputas entre seus fundadores libertários e os comunistas. Sendo que, estes últimos, após o enfraquecimento da entidade, terminaram por hegemonizar o núcleo dirigente.

Por conseqüência de todas as atribuladas relações internas, um encontro foi convocado para a formação de uma nova Federação.

> "Opondo-se ao intento comunista, e para reorganizar o operariado no Rio de Janeiro e suas imediações, em fevereiro de 1923 Florentino de Carvalho, representante do Sindicato de Ofícios Vários de Marechal Hermes, e os líderes da União dos Operários da Construção Civil, planejaram um Congresso Local."[93]

Do referido encontro participaram, além dos anarquistas, alguns comunistas e muitas associações e sindicatos não dirigidos pelas premissas do sindicalismo revolucionário.[94] A declaração de princípios desta nova entidade em gestação não deixava dúvidas de que os adeptos do movimento libertário procuravam prevenir-se de possíveis infiltrações do "bolchevismo". Em tom enfático e de clara preocupação com futuras manobras, a declaração excluía qualquer possibilidade de colaboração com os partidos políticos, burgueses ou proletários.[95]

Alguns anarquistas, como Domingos Braz, viam no texto um excessivo peso do anarco-sindicalismo. Fator que poderia "amesquinhar" o papel do anarquismo em outros setores da vida social, econômica e moral.[96] Marques da Costa defendeu a declaração afirmando que esta se justificava pela necessidade de se bloquear a implantação da ditadura do proletariado e de um Estado centralizador após a destruição do capitalismo.[97] Seja como for, os resultados do encontro trouxeram

de volta a antiga Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), com pequenas alterações estatutárias, e definiram a permanência dos comunistas na FTRJ.

Logo, os militantes da IIIª Internacional no Brasil associaram a fundação da FORJ ao signo da cisão operária. Dessa forma, então únicos dirigentes da FTRJ, os comunistas reafirmavam a importância da unidade sindical fustigando, com petardos acusatórios, a nova Federação.[98]

Nas bases de acordo da mais nova Federação, em seu preâmbulo, encontramos os pontos doutrinários clássicos do sindicalismo anarquista: a condenação da ação eleitoral, o repúdio à infiltração partidária no sindicato, o estímulo à greve geral expropriadora e à revolução social. No texto, na parte que cabe ao "Pacto de Solidariedade", não fica difícil identificar, imagens e palavras de ordem muito caras aos anarquistas como: "ação direta", "greve revolucionária" etc.. E, como antídoto para fazer frente ao desânimo e à desorganização do operariado no Rio de Janeiro, o texto sugeria algumas iniciativas "científicas", como escolas, cursos primários e bibliotecas de "caráter sociológico"[99] (ANEXO 14).

Embora, segundo a redação do documento, o problema da desarticulação sindical não fosse um fenômeno particular, ele tinha que ser também analisado como tal, e assim, deveriam ser dadas soluções no âmbito regional.

Logo nos primeiros dias do mês de março, *A Pátria* já registrava algumas opiniões dissonantes e reflexivas. Em artigo assinado por C. Leitão, em 23 de fevereiro de 1923, ele investia:

> "Fizemos estas considerações porque diversas têm sido as vezes que ouvimos os militantes anarquistas dizer, que querem a 'Revolução Social' e 'ipso facto' recusam a Revolução Proletária – essa para qual os trabalhadores de todo o mundo se apresentam. Não querer a Revolução Proletária é o mesmo que dizer não organizaremos os trabalhadores sob métodos que os mantenham em constante ascendência, evitando dessa forma a eficiência da luta de classes.
>
> É preciso que os trabalhadores em geral, e em particular, os da Comissão Organizadora não se suscetibilizem com esse sentimentalismo de ultra humanitarismo. O capital encontra-se admiravelmente bem montado em seu 'cavalo de ouro' com sua 'guarda de aço'.
>
> Para desmontar pela palavra, seria necessário uma etapa de quinhentos anos no mínimo, e que os anarquistas assentassem arraiais ou tenda em seu seio. Isso é utopia. Entretanto, o processo 'soviético' deu resultados admiráveis na desmonta do seu 'pedestal de ouro'.
>
> Ao meu ver deve a "Nova Federação", sem cair em reformismos nem 'águas frias' – deixar uma entrada pela qual as grandes classes possam ingressar sem esbarrar em teorias, que só com o tempo irão assimilando.
>
> É depois do sindicato formado que devemos demonstrar o valor das teorias e deixar que as classes sigam a que mais lhes convier."[100]

Com objetivos semelhantes, no entanto, em tom mais fleumático escrevia Isidoro Augusto:

> "Falemos a propósito da Federação do Centro que se pretende organizar neste momento. De há muito o critério federalista do sindicalismo vem merecendo justos reparos e já tem sido objeto de estudo nas grandes reuniões operárias e se bem que algumas das objeções feitas tenham já se concretizado, não se conseguiu, contudo, encontrar uma solução satisfatória para a questão.
>
> Chegou-se à aceitação do sindicato único, mas ele não corresponde à necessidade geral de concentração orgânica.
>
> O mesmo critério tem que tornar-se extensivo à organização geral, assim como o sindicato único resolve a inconsistência do federalismo profissional de industria, a concentração geral do Trabalho local mostrará a sua superioridade sobre o critério federalista usado, e contribuirá muito para a base de definição que ainda não foi encontrada."[101]

Acreditamos que muitos dos depoimentos, e mesmo das críticas, passavam por um apelo sincero de preocupados militantes com a causa operária. Não obstante as boas intenções, mesmo as mais ponderadas críticas no grave momento de polarização ideológica podiam revelar fissuras ainda maiores entre as duas tendências revolucionárias.

Assim procedendo, como tribuna livre, ao menos nestes debates, a seção trabalhista de *A Pátria* tornava-se importante fonte de apreciação e registro das opiniões da fração mais "ilustrada" do movimento operário carioca. Na referida seção, eram publicadas as circulares da nova Federação, convenções e avisos da aparentemente moribunda FTRJ.[102] Há que se destacar que, mesmo sob a direção do anarquista Marques da Costa, a seção trabalhista, ao menos em 1923, mantinha algum espaço reservado aos informes dos comunistas.

É bem verdade que as colunas ocupadas pelos comunistas em *A Pátria* diminuíam em conformidade com o acirramento das disputas sindicais. Logo, o jornal publicava quase que exclusivamente o ponto de vista dos libertários, no que se refere às questões operárias. Os "bolchevistas", no entanto, como já se viu, conquistavam outras tribunas como *O País*, *A Nação* e o periódico específico da corrente, *A Classe Operária*.

Além dos elogios às bases de acordo da FORJ,[103] feitos através de cartas de seus filiados, a seção trabalhista de *A Pátria* passou sistematicamente a publicar denúncias dos métodos "autoritários" dos comunistas[104]. Não raro, os artigos eram assinados por membros da construção civil e terminavam com moções de repúdio aos métodos dos oponentes:

> "Basta já de palanfrório, seus defensores da *subordinação sindical*! Basta de légo-légo-légo, seus disciplinistas do bolchevismo! Vocês, que têm nas mãos

os livros de atas e tudo mais que possa ser preciso para responder passarão a ser tidos como forjadores das mais vergonhosas e nojentas campanhas de que já temos sido espectadores."[105]

A carta de Alberto Correa Gomes, de 27 de julho daquele ano, Secretário da União dos Empregados em Padaria, é bastante reveladora no que se refere à opinião dos anarquistas diante dos acontecimentos. O trabalhador questionava a força, não apenas da FTRJ, como também das estratégias "politiqueiras" dos "agentes do bolchevismo". Em tom jocoso, o padeiro analisava a "perniciosa" ação dos comunistas, que já haviam penetrado na sua associação[106] (ANEXO 15).

Em 2 de agosto de 1923, Marques da Costa respondia, em longo artigo no *A Pátria*, a um "Comunicado da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro" que havia sido publicado no dia anterior, na seção trabalhista do mesmo jornal. A convocação da FTRJ fazia apelo às associações desfederadas e, como uma provocação aos anarquistas, analisava a situação em que se encontravam os sindicatos: "Infelizmente da revanche divisionista cinco associações escaparam ilesas e são essas cinco que procuram conduzir a Federação de acordo com as suas bases, esperando que todas as associações obreiras queiram comungar com elas obra de organização e unificação."[107] Marques da Costa, ao argumentar com respeito à convocação, avaliava que muito do esforço feito pela FTRJ, ao buscar a unificação dos sindicatos na Federação, esbarrava na contradição revelada pela situação em que se encontrava a proclamante. Uma vez admitido, pela FTRJ, o esvaziamento das unidades sindicais filiadas, não havia força representativa ou legítima da entidade para a convocação de uma campanha de adesão[108] (ANEXO 16).

Ao que tudo indica, a organização da FORJ implicou o enfraquecimento da FTRJ e, na disputa entre as federações, podemos encontrar as explicações para a fundação daquela e da crise desta. Fato é que os primeiros trabalhos para a criação da concorrente FORJ foram iniciados sob a auspiciosa atenção da FTRJ. Por se encontrar desgastada, a Federação dos Trabalhadores teria convocado o congresso que deu ensejo à recriação da FORJ.

Neste sentido, a subseqüente Federação deveria possuir um caráter "tonificador" das exauridas forças sindicais. Fato que não se verificou e, muito pelo contrário, levou à cisão definitiva sob a égide de duas propostas inconciliáveis.

A nova Federação, segundo os libertários, mesmo antes das suas atividades terem sido iniciadas, já gozava de relativo prestígio. Marques da Costa assim se referia à FTRJ: "Um cadáver — eis o que aí temos da velha Federação!"[109] Em 23 de agosto de 1923 a FORJ já havia organizado seu "Comitê Executivo Provisório" e iniciava as atividades. Pedro Maurini, da Casa de Detenção, em 18 de agosto, percebia o grave momento e reclamava a necessidade de uma Federação que se

adequasse às reais necessidades do proletariado "mais avançado": distante da "ditadura bolchevista" e do reformismo dos cooperativistas[110] (ANEXO 17).

A crise no sindicalismo, de feição revolucionária, no Rio de Janeiro, não pode ser entendida sem se levar em conta as questões que abalaram as relações entre comunistas e anarquistas. Os meandros da narrativa, sempre multifacetada, dos acontecimentos, quer contada por um ou outro lado dos campos de contenda, revelam um certo grau de perplexidade oculta em meio à retórica militante. Por um lado, os comunistas criticavam os antigos companheiros de ação sindical por serem "refratários aos novos tempos" e à "história anunciada pelos cânones do materialismo"; por outro, os anarquistas, ciosos de suas "virtudes autonomistas", sentiam-se atraiçoados por seus antigos aliados, agora defensores de um centralismo totalmente estranho aos princípios libertários.

A rivalidade entre as federações, longe de uma simples conseqüência da disputa de espaço sindical, era, em muitos aspectos, a verificação do fenômeno manifesto por duas concepções sindicais que ainda tentavam separar os afetos pessoais das categorias doutrinárias. As animosidades não só se justificavam pela tentativa de se instituir campos semânticos e ideológicos específicos para cada grupo como também pela contingência de estarem em lados opostos, elementos que até bem pouco tempo formavam um bloco único de princípios fraternais.

Acreditamos ser este um viés importante e elemento dinamizador de muitas polêmicas e debates na imprensa e nas associações de classe.

4.6. Revolução ou Reforma

Ao conceituar o chamado "trabalhismo carioca", Boris Fausto aprofundou a análise das origens do Cooperativismo no Brasil, constatando, a partir da sua base no Rio de Janeiro, que o cooperativismo teria dominado a cena sindical, na última década do século XIX, e que, posteriormente, perderia gradativamente, no início do século seguinte, o controle de grande parte das organizações operárias para o anarquismo.[111]

A perda de sua primazia não impediu, no entanto, que em muitas associações fossem constatadas permanências das bases de acordo e encaminhamentos de questões trabalhistas nos moldes das antigas diretrizes cooperativistas. Nas franjas das organizações operárias mais expressivas, mantiveram-se ativos os sindicatos descomprometidos com os novos princípios do sindicalismo revolucionário. A disposição em atribuir ao Estado a interlocução e o papel mediador nos conflitos de natureza salarial e operária não desapareceu.

Por características próprias, a Capital Federal reunia as condições necessárias à permanência de tais aspirações, que não tardaram a encontrar maior eco nos

meios positivistas e jacobinos. Muitas vezes, associada ao campo da política, a questão social, sob perfil operário, serviu a projetos que possuíam pouco apoio popular. Para Boris Fausto:

> "Sem dúvida, os setores intermediários carecem social e politicamente de homogeneidade. Ainda assim, a existência destes setores em uma situação de menor dependência das classes agrárias e as características apontadas do proletariado nascente dão fundamento aos tímidos projetos de constituição de partidos operários do tipo trabalhista."[112]

Na década de 90 do século XIX, pelo menos três partidos operários foram fundados, alguns de existência efêmera. O resultado de um destes partidos foi a convocação do "Primeiro Congresso Operário Nacional", em 1892; que apresentou teses de condenação às greves e estímulo às negociações. "O programa aprovado na reunião foi lido na Câmara dos Deputados pelo Deputado Lauro Müller, que defendeu a instituição das oito horas diárias de trabalho."[113]

Elementos como o Tenente de Marinha José Augusto Vinhaes, eleito deputado com uma plataforma constituída por reclamos dos operários, encarnaram, nos primeiros anos de República, a convicção da regeneração social pela via da reforma:

> "Por um breve período, logo após a Proclamação da República, os positivistas tentaram 'incorporar o proletariado à sociedade moderna', nos limites brasileiros, defendendo o reconhecimento de vários direitos sociais, em oposição ao liberalismo do século XIX que idealizava as relações de suposta igualdade entre capital e trabalho, confrontos no mercado."[114]

A integração era vista como fator de moralização; não só se entendia o Estado enquanto veículo mas também como garantia da harmonização.

Com o avanço do século XX, os positivistas perdem gradualmente muitos dos espaços conquistados na última década do século anterior. O protagonismo do anarquismo jogou, quase que imediatamente, os cooperativistas no campo da oposição ao novo elemento de inspiração organizativa. Em que pese contatos pontuais amistosos, os anarquistas cedo demarcaram as diferenças entre uma e outra corrente, conforme se lê na *Voz do Trabalhador* de 1908:

> "Não há dúvida que os libertários, mais do que os outros homens, hão de contar com a força da associação, porque tudo o esperam da livre afinidade entre as personalidades livres; mas não creio que as associações cooperativas de trabalhadores possam realizar uma transformação importante na sociedade. As tentativas feitas neste sentido são experiências úteis e devemos felicitar-nos de que tenham sido postas em prática; porém bastam, e já podemos formar sobre o assunto um juízo."[115]

As primeiras críticas ao cooperativismo aconteceram dentro da polidez e ponderação típicas dos meros debates de idéias.

Mariano Garcia e Antônio Augusto Pinto Machado, dois líderes históricos do movimento reformista, haviam comparecido ao "Primeiro Congresso Operário", no Rio de Janeiro em 1906. Tendo sido derrotados pelos anarquistas, em contendas acaloradas nas conferências, mantiveram as suas atuações junto aos sindicatos não aderentes à proposta final do encontro.

Os reformistas retornariam com relativa força em meados dos anos 10 e seriam, em 1912, a condição fundamental para a organização do "Congresso Operário", sob a tutela do Tenente Mário Hermes da Fonseca, filho do Presidente Hermes da Fonseca.[116] Deste encontro resultaram a consolidação das propostas reformistas e a formação da "Confederação Brasileira do Trabalho", organismo que combinava, simbioticamente, funções organizativa e partidária.

Apesar de não ter contado com as principais associações do Distrito Federal e São Paulo, o encontro repercutiu, com alguma expressão, nos meios operários.

No seu antagonismo às propostas libertárias, os "trabalhistas", a partir de 1912, segundo Boris Fausto, davam ênfase aos melhoramentos econômicos; as elevações social, intelectual e moral da classe. Evitando o envolvimento do proletariado nas questões internacionalistas, antimilitaristas, antiestatais e nos problemas da organização da propriedade. Aos "trabalhistas", o meio utilizado pelos sindicalistas revolucionários, a ação direta, parecia pouco eficiente. O caminho preferencial era o da política, dentro dos quadros do sistema. Argumentavam que, em um país guarnecido por instituições democráticas, o abandono, por parte do proletariado, do exercício dos direitos políticos, conduziria ao predomínio das figuras mais conservadoras e comprometidas com o capital.[117]

O Congresso de 1912, por marcar uma nova ofensiva dos reformistas na busca da hegemonia sindical, reforçava a necessidade de maiores rigores na análise do cooperativismo por parte dos periódicos libertários. O simples debate de idéias ganhava, dessa forma, cores e retórica mais apropriadas ao perigo que se avizinhava da senda anarquista.

Organizado pela "Confederação Operária Brasileira" (COB), o "Segundo Congresso Operário", de setembro de 1913, delibera então, entre outras questões, o combate ao cooperativismo. E, no seu jornal, *A voz do Trabalhador*, a Confederação publicava sua posição:

> "Bem sabemos que os governos, para se tornarem populares, para se mostrarem liberais costumam fomentar a propaganda destas cataplasmas, destas

> iscas traiçoeiras, como o é o cooperativismo ora propagado por influencia do ministério da agricultura – e o fazem justamente para desviarem, por uma enganosa melhoria – hipocritamente filantrópicos – como são todos que vivem parasitariamente – com o fim de, distraindo os trabalhadores com este chamariz, desviando-os do caminho já traçado e que devem continuar, implantar-lhes a discórdia, a desorientação, sabedores como estão de que enquanto assim acontece mais se vai mantendo a escravidão operaria e por conseguinte prolongando a orgia dos que bacanalmente vivem."[118]

Respondendo a uma circular enviada por Sarandy Raposo, do "Escritório de Informações sobre Sindicatos e Cooperativos", órgão ligado ao Ministério da Agricultura, aos secretários do COB, estes utilizariam, mais uma vez, o veículo classista, *A Voz do Trabalhador:*

> "'Cidadão C. A. Sarandy Raposo.
>
> – Recebemos a vossa circular, e mais os estudos do Sindicato Profissional dos Operários do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e da Cooperativa de Consumo dos Operários do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.
>
> Em resposta a ela temos a declarar-vos:
>
> Que absolutamente de modo nenhum queremos aceitar o 'sindicalismo e o cooperativismo' propagados e auxiliados pelas autoridades do país.
>
> E não os queremos aceitar pelo seguinte: esta Confederação e todas as federações e sindicatos que a compõem são organismos de luta, de combate, essencialmente baseados na resistência à exploração capitalista.
>
> Ora, sendo as autoridades governamentais simples instrumentos de defesa da classe capitalista, evidencia-se desde logo que com elas só poderemos ter uma espécie de relação – a resultante da luta quotidiana e tenaz, que constitui a mesma base em que assentam as nossas organizações.'"[119]

Destarte, os militantes revolucionários tentavam marcar as diferenças, ampliando o fosso que separava as duas perspectivas sindicais. Para os libertários, tratava-se não só de vencer um inimigo mas também alcançar a singularidade diante dele. Era preciso que os trabalhadores entendessem a profunda distinção entre as propostas. À pugna contra os cooperativistas era importante acrescentar um espaço definido para os revolucionários. De outra forma, poder-se-ia tomar o confronto por uma luta interna, apenas de concepções.

Aos olhos dos anarquistas a classe operária já havia optado pelo protagonismo histórico de sua luta; ceder ao cooperativismo não só representaria retrocesso como também estabelecer a tutela da classe contra a qual se deveria lutar.

O início da década seguinte adicionou outros elementos ao já complicado quadro das relações entre os reformistas e os revolucionários. Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, após militância sindical atrelada ao Estado, ampliava ainda

mais sua inserção no meio operário na vigência do governo Epitácio Pessoa. Não só havia obtido do referido Presidente, "auxílio pecuniário" para suas experiências em cooperativas como também, em março de 1921, fundou a Confederação Sindical Cooperativista do Brasil, a CSCB.[120]

A ação de Sarandy Raposo parece ganhar mais notoriedade em conformidade com a sua assunção na orientação da "Seção Operária" do periódico governista *O País*, em fevereiro de 1923.[121] Estampados nas páginas do jornal, encontramos não só os presságios de inspiração triunfalista assim como apelos eloqüentes ao novo governo para o auxílio às suas iniciativas.

Na opinião de Angela de Castro Gomes, em relação às, ainda assim, tímidas iniciativas do governo em favor do cooperativismo:

> "A frustração de Sarandy Raposo é perfeitamente compreensível, uma vez que a CSCB apresentava-se publicamente como portadora de um programa não apenas legal mas oficial, pois estava a cargo de uma repartição pública. Sua credibilidade ficava assim assegurada, como assegurado ficava o princípio de colaboração entre trabalhadores, patronato e Estado. O programa da CSCB era a defesa de uma transformação social lenta e segura – evolutiva, portanto – dentro dos postulados da ordem política e do progresso econômico. Era um programa sindicalista, como o dos anarquistas, que reconhecia os sindicatos como órgãos vanguardistas e arregimentadores e lutava contra a politicalha e contra a atual organização da sociedade."[122]

Tentando representar o espírito da conciliação, a CSCB contava com a colaboração de patrões e empregados, além de "prestigiosas instituições". Procurava, com o apoio da Liga de Defesa Nacional, a Sociedade Nacional de Agricultura, o Centro Industrial do Brasil e o Instituto de Engenharia Militar,[123] manter-se no limite entre as reivindicações sociais e os interesses patronais.

Não fica difícil imaginar que, em vista da crescente perseguição aos líderes anarquistas e ao desbaratamento e assaltos às sedes dos sindicatos revolucionários, Sarandy vislumbrasse possibilidades bem reais no plano concreto das organizações operárias.

O momento era bom e, do ponto de vista dos artigos de *O País:*

> "(...) o sindicalismo cooperativista apresentava sua proposta em contraposição à do sindicalismo revolucionário, isto é, do anarquismo, demonstrando pontos de contato e divergências, e sobretudo afirmando que a tendência deste último era desaparecer fundindo-se com os cooperativistas."[124]

Juízo semelhante, no que se refere ao desaparecimento, possuíam os anarquistas sobre os cooperativistas, nos anos que precederam o Congresso de 1912.

Os cooperativistas, no intuito de captar simpatias e firmarem-se como síntese do processo traumático da luta entre capital e trabalho, traçavam estratégias que se caracterizavam por ataques dissimulados ao anarquismo, enfatizando e associando aos libertários o viés violento da revolução. Em contrapartida, reforçavam, na mesma proporção, a sua vocação "apaziguadora" e conciliatória.

A trajetória da CSCB, no entanto, alterou-se em alguns aspectos. De seus princípios adquiridos, por ascendência das primeiras entidades das quais solicitou apoio, aparecem claramente o nacionalismo jacobino e o antipartidário, mas inteiramente distinto do anarquismo.[125] Características que sofreram ligeiras alterações a partir do Congresso de 1912 e que imprimiram uma dinâmica distinta às investidas cooperativistas anteriores. De sua aproximação dos militantes do PC ou "neo-comunistas", analisa, Angela de Castro Gomes com base nos artigos de *O País*, de 1923:

> "Ao contrário, o 'neo-comunismo' que estava sendo lançado no país desenvolvia-se a olhos vistos, aproveitando-se do desprestígio das duas outras correntes. Isto porque acrescentava aos princípios revolucionários do anarquismo um senso prático por este desconhecido. Ao mesmo tempo os 'neo-comunistas' assumiam todo o formulário sindical cooperativista, incorporando ainda a prática eleitoral, por estes rejeitada. Isto é, combinava a força dos ideais anarquistas com a eficácia dos métodos cooperativistas, não abandonando a prática partidária, até então monopólio dos socialistas."[126]

Para Sarandy Raposo, a exemplo do que previam os cooperativistas para o anarquismo, ao contrário do fortalecimento da facção "neo-comunista", a "confluência" dos membros do PC para CSCB era uma questão de tempo, ou amadurecimento. E, como ensejo a esta apreciação, um acordo com os mesmos, em que estava prevista a formação da grande "frente proletária", parecia razoável.

Não só os anarquistas, mas mesmo alguns comunistas, entre eles Bernardo Canellas viram no projeto um oportunismo vergonhoso. A aprovação, através de pressões internas, na CSCB, da inserção das disputas eleitorais nos planos táticos da entidade, aproximou-a ainda mais das premissas dos comunistas. Assim:

> "A CSCB, a partir de então, precisava remodelar suas próprias linhas de convergência e divergência com as duas outras facções existentes no movimento operário. Sua distância em face do anarquismo crescia. Quando, em outubro de 1923, uma assembléia geral da Confederação aprovou formalmente a prática da ação parlamentar, os libertários estavam sendo definidos como '*o inimigo irreconciliável do sindicalismo cooperativista, do comunismo, do governo russo, de todos os governos e até de toda revolução limitada.*'

> Já os neocomunistas estavam cada vez mais no caminho da evolução, apresentando '*em suas atitudes e seus atos, judiciosas tendências para a prática do cooperativismo e até da ação parlamentar, tendências estas que os aproximam da eficiência do sindicalismo cooperativista.*'"[127]

Ao receberem um convite para a "Conferência dos Presidentes das Associações de Classe", organizada por cooperativistas e comunistas, os sindicalistas anarquistas iniciam uma seqüência extensa de artigos-resposta. Não só para justificar sua objeção em participar de tal encontro como também para evidenciar as opiniões sobre a aliança "frentista".

A proposta da conferência, a ser realizada na sede da CSCB, versava sobre a necessidade e a possibilidade de um entendimento geral para a "unificação pactuadora" das associações de classe sem distinção de credos filosóficos, ou político-sociais, questão que, de princípio, despertou imensa desconfiança nos anarquistas.

Progressivamente, as suspeitas dos sindicalistas revolucionários, animadas pelos fatos, aumentaram. Para eles tudo não passava de um estratagema ou manobra dos "bolchevistas" que, ao lado dos cooperativistas, não mediam esforços nem escolhiam aliados para levar a efeito seus propósitos.

Percebe-se, no discurso indignado dos libertários, certa preocupação com a preservação de princípios éticos que, à sua apreciação, perdiam espaço diante das soluções pragmáticas defendidas pelos representantes do bolchevismo. Os cada vez mais fustigados anarquistas afirmavam insistentemente que a divergência não se vinculava necessariamente ao projeto da união do operariado em uma "frente", mas sim ao sacrifício das liberdades e do federalismo em nome da apregoada "unificação pactuadora".

Representando a UOCC, o pedreiro Sebastião Carreira publicava em *A Pátria* um artigo de resposta a CSCB. Em tom claro e didático esclarecia o sindicalista, contemplando em sua análise casos semelhantes ocorridos na Europa e América do Sul, que era impossível um acordo com a CSCB, tendo em vista os princípios que norteavam a proposta cooperativista não apenas no Brasil. Segundo Sebastião Carreira, jamais uma federação revolucionária poderia aderir a um esforço ou "acordo tático" no qual estivesse presente uma organização notoriamente conciliadora dos interesses do capital e do trabalho e que patrocinasse sistematicamente o diálogo com as instituições governamentais e patronais[128] (Anexo 18).

Na mesma linha, Manoel A. Pereira, por representação individual, escreveu a respeito da reunião celebrada no Centro Cosmopolita, da qual fazia parte a CSCB, a 17 de outubro de 1923, na figura de Sarandy Raposo. O segundo artigo, tratou de questões diretamente ligadas à classe como, por exemplo, a "Lei Doméstica". Assim se expressou:

"A União Geral, apesar da sua intransigência (sic), acedeu ao apelo – se o convite o era – e lá foi na esperança de ver realizado o necessário entendimento.

Mas debalde toda a predisposição! Os diretores do Centro haviam antes elaborado um programa de ação ao qual desejavam que todos nós nos submetêssemos resignadamente, como carneiros, não podendo sequer continuar na realização das assembléias que uma ou outra sociedade antes tivesse deliberado levar a afeito, contra a mesma lei. Queriam, os diretores do Centro, o direito exclusivo de conduzir o carro a seu talante, por caminhos retos e por desvios. Tais as condições do acordo proposto pelos 'cosmopolitas'...

Aqueles que nos têm por desorganizadores, por renitentes, que tem a 'distinta honra' de pontificar na direção do Centro Cosmopolita, sabem bem que já nos custa muito o 'peso' da autoridade e da banha do pandurrismo patronal. Esse peso nos basta e demais.

Não sugerimos nós, os de ação anticolaboracionista, meios de conciliação de interesses, tendo em vista a diversidade dos pensamentos facciosos que se debatiam? E que resposta nos deram? Apontaram-nos a porta da rua, pois 'não podiam permitir que fôssemos ali dar lições aos cultores de direito à Evaristo de Moraes'...

Fizemos o que pudemos – e isto por mais que uma vez – pela unificação dos esforços pela coordenação das atitudes de cada associação."[129]

Especificamente sobre a CSCB, Manuel A. Pereira afirmava que, no discurso contraditório de Sarandy Raposo, os anarquistas teriam sido identificados simultaneamente como agentes da desordem e indivíduos possuidores de "grandes qualidades". Não apenas nessa passagem, segundo o sindicalista, estaria o líder cooperativista "envolvendo alhos com bugalhos", mas muito pior era a sua tentativa de acomodar em sua organização entidades tão incompatíveis quanto o Centro dos Proprietários de Hotéis, a Liga de Defesa Nacional, o Centro Industrial do Brasil e os sindicatos, que representavam os anseios de mudança em diametral oposição às instituições citadas. O missivista buscava demonstrar que muito do juízo emitido pelo cooperativista, em relação às organizações operárias, encontrava eco nas bases do pensamento policial e conservador[130] (Anexo 19).

Em 1924, Domingos Passos analisava, em estilo inconfundível, as mazelas e tentativas de unificação do "bloco frentista":

"A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, foi de fato uma força organizada; mas desde que elementos seus começavam a 'dançar de urso em corda bamba', ela foi perdendo o prestígio inicial e hoje não é mais que um rapazóide cadáver a pedir a creolina salvadora que livre dos bacilos aristotelísticos do colaboracionismo."[131]

Sobre a iniciativa envolvendo os socialistas, afirmava:

"A 'Coligação' foi um caso típico. Seus fundadores, pessoas de envergadura moral de Evaristo de Moraes, Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento, os irmãos Palmeiras, Márcio Teixeira e tantos homens de relevo vivem clara (sic) que o fracasso não podia ser mais retumbante. (...) As capacidades lá ficaram. E a Coligação? Descoligou-se... por efeito de uma lei física que eu talvez desconheça.

Depois foi o 'Clarté', com sua diretoria perpétua... Depois o Partido Laborista Brasileiro, e por fim o Partido Comunista do Brasil."[132]

Passos reforçava a posição crítica da UOCC em relação aos acontecimentos, além de evidenciar o processo de exaustão no qual estava a FTRJ, após os seus descaminhos, indo afinal cair nos "braços" da "Confederação Cooperativista". Questão que seria retomada e serviria de argumento para explicar o malogro de diversas iniciativas, promovidas por indivíduos engajados, no interior das entidades operárias.

Em um sentido mais amplo podemos avaliar que a crise das organizações revolucionárias ligadas ao operariado, na conjuntura dos anos de 1920, encontra, em certa medida, suas raízes no conjunto articulado de acontecimentos verificáveis no plano das relações de trabalho e alterações no modelo oligárquico vigente. O crescimento da influência do cooperativismo, em conformidade com a mediação da "questão social" pelo Estado, definiu a política e a linha adotada pelo governo na relação com os "humildes", elemento recorrente da retórica oficial na década seguinte. Para os trabalhadores ordeiros, integrados ao projeto de transformações de setores ligados ao Estado e alheios aos apelos do radicalismo sindical, foram criadas e aperfeiçoadas as instituições previdenciárias e as leis decorrentes das necessidades de normatização do diálogo entre patrões e empregados. Em contrapartida, às classes perigosas, e insubmissas à crescente mediação governamental das questões do trabalho, coube a aplicação das medidas repressivas do aparelho policial igualmente em processo de especialização. Nesse contexto, marcava-se com maior clareza a diferença entre o "trabalhador" e o ativista subversivo "inimigo da ordem".

4.7. As organizações e o engajamento

Existe, ainda hoje, uma lacuna significativa na história do movimento operário, no que diz respeito ao número de militantes comunistas, anarquistas ou mesmo socialistas. No caso dos dois primeiros, o problema se revela ainda maior. Isto se dá em função da natureza clandestina de suas atividades e, no caso específico dos anarquistas, do assistemático controle burocrático dos filiados à doutrina. Ao cotejarmos fontes como polícia, sindicatos e memórias dos membros

mais ativos, dificilmente podemos encontrar as correspondências desejadas para apreciações mais seguras.

As fichas de filiação do PCB, muitas vezes sem número, provavelmente por questões de segurança, não fornecem provas conclusivas. As estimativas de muitos memorialistas, como Leôncio Basbaum, obedecem a razões de ordem doutrinária e, portanto, nos parecem em alguns aspectos, imprecisas. As alianças levadas a efeito pelos "bolchevistas" geraram um fenômeno multiplicador que nem sempre correspondia à realidade do seu efetivo militante.

Todos estes fatores dificultam em muito o acompanhamento mais rigoroso dos avanços e recuos, no plano numérico, no seio da classe operária. É certo que, se os comunistas em meados dos anos 20 não eram suficientemente numerosos, em comparação ao contingente libertário, em seu sistema tático de alianças alcançavam determinada "expressão numérica". Enquanto os comunistas optaram por atuar em blocos de relevância quantitativa, os anarquistas investiam na expectativa de verem triunfar seus princípios doutrinários, apostando assim na qualidade de seus propósitos. Para os militantes libertários, a superioridade de seus mecanismos de organização, com liberdade e pluralidade, iriam atrair um número maior de sindicalizados independente da filiação direta ao seu campo filosófico.

A falta de sensibilidade para tais peculiaridades, associada a algumas outras questões, sustenta até hoje alguns equívocos e taxativos marcos cronológicos; principalmente para determinar a superioridade de forças dos comunistas em relação aos anarquistas. Há que se notar que a gradual crise do ideário anarquista, nos meios operários, deveu-se a fatores muito mais complexos que os convencionalmente apontados por boa parte da historiografia até os anos de 1980.[133]

Os acordos táticos articulados pelos comunistas os colocaram em franca vantagem se comparados ao grupo opositor. Mesmo com menor contingente militante eles passaram, através do triunfo do "frentismo", a gozar da posição de maioria. O que empurrava incondicionalmente a pecha de "cisionistas" aos grupos libertários.

Na ação sindical, os comunistas, segundo Kazumi Munakata, empreenderam uma política de controle vertical que, a partir de 1927, se faria sentir na organização de congressos e fundação de federações.[134] Todos os esforços convergiram para a criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), organismo inteiramente vinculado aos ditames da IIIª Internacional.

A preocupação com as "permanências anarquistas" justificaram algumas medidas bastante distintas das já conhecidas pelos trabalhadores. O zelo dos dirigentes comunistas parecia a muitos operários, não cuidado, mas sim, vigilância.

> "Tudo isso indica a criação de uma forma organizativa de luta dos trabalhadores, em que estes perdem o poder de decisão. Aqui, não interessa se os membros de órgãos superiores e executivos das Federações representam efetivamente os trabalhadores ou não. O que importa é o fato de existir um grupo (de trabalhadores ou não) acima e distante dos próprios trabalhadores, que os fiscaliza, os vigia e os pune, que decide pelos trabalhadores, que tem competência para elaborar uma estratégia de luta. Que nome dar a este grupo, dotado de um particular *discurso competente*, a não ser *burocracia*?"[135]

Dessa forma, repousava, em grande parte, nas mãos de uns poucos dirigentes, as diretrizes dos sindicatos ligados aos comunistas.

A disciplina se fazia justa pela clareza dos objetivos a serem alcançados. O apelo à observância da técnica, no sentido de dar dinâmica às "desorganizadas massas", permitia, quase como em um contrato, a abolição de certos mecanismos autonomistas em favor da eficiência.

Para K. Munakata, o caso da União Gráfica Beneficente, em São Paulo, entidade de auxílio de classe, em que cargos bonificados foram criados, é bastante elucidativo. Segundo este autor:

> "Em outras palavras, criam-se até funcionários remunerados encarregados de homenagear os mortos: é a burocratização da solidariedade!
>
> A descaracterização da solidariedade, que passava a ser um assunto técnico, transparece também uma obrigatoriedade de um atestado médico para se associar à UGB: ora, do ponto de vista da solidariedade, o companheiro já doente é que deveria prontamente receber auxílios."[136]

A especialização e a profissionalização dos militantes-sindicalistas gerou uma nova ética laboral que se contrapunha radicalmente ao sindicalismo revolucionário. De olho nas tabelas salariais e na flutuação das ofertas de empregos, os comunistas, através das "Seções de Colaboração", erigiram nos sindicatos verdadeiras agências de emprego.[137] Estes procedimentos levavam, em muitos casos, os próprios patrões a recorrerem a estes sindicatos na busca da mão-de-obra qualificada. K. Munakata enfatiza o extremo atingido pela organização comunista:

> "Por fim, e como último e crucial momento do verticalismo centralizador, os sindicatos comunistas contam com os 'Comitês de fábricas e oficinas'. Estes são considerados meras correias de transmissão dos sindicatos e, de fato, suas atribuições são bem limitadas e se referem estritamente aos problemas internos de uma empresa. Isto, porém, não significa que o comitê tenha autonomia dentro dos limites que lhe cabem."[138]

Estas transformações, em muitos aspectos, limitadoras da liberdade, proporcionaram aos comunistas a estrutura necessária para o diálogo e a constituição de um novo antagonismo ao Estado. Quer pelo aparato sindical ou pela proposta da disputa nas urnas, o PCB garantia o seu passaporte para as décadas seguintes.

4.8. A ética e o pragmatismo

Torna-se necessário analisar a trajetória do PCB, nos seus oito primeiros anos de funcionamento, como condição para o entendimento de sua representatividade histórica posterior. Nesta tarefa, entendemos ser fundamental buscar distância das explicações totalizantes, acerca dos meios "ineficazes do antigo sindicalismo anarquista" e das "limitações" do sistema produtivo, em grande parte "artesanal", como querem alguns historiadores. Pode-se dizer que a preparação dos comunistas, para o protagonismo que iriam encarnar nas décadas de 30, 40 e 50, deu-se, sob muitos aspectos, pela aptidão construída para ocupar o lugar de oposição revolucionária nos referidos períodos. O pragmatismo dos militantes, na leitura das necessidades de seu tempo, e o rompimento com determinados princípios e até mesmo estéticas de discurso, franquearam aos comunistas alguns postos dentro do movimento sindical, abertos a partir do avanço do Estado corporativo no Brasil.

Mas no calor das disputas, nos anos 20, muito se discutiu e mais ainda se denunciou. Nas refregas pelo controle da fração organizada da classe operária, construiu-se o cisma definitivo entre as tendências libertária e comunista.

Aos acontecimentos foram chamados a colaborar fatos de contundência comprovada e de caráter ético duvidoso. As campanhas de difamação e o escárnio público de figuras históricas ligadas ao anarquismo compuseram, assim, grande parte das estratégias de convencimento.

Em 1926, uma grande polêmica movida pelo *O Solidário* acusava os anarquistas de participarem de uma frente "multicor" que, segundo o periódico, contava com a adesão dos "amarelos" e outras vertentes reformistas do trabalhismo. A resposta viria um pouco mais tarde, comprometendo ainda mais as relações entre os revolucionários, através do jornal *Vanguarda*, que afirmava ter o bolchevismo semelhanças com o regime fascista da Itália.[139] A troca de acusações não se restringia ao plano ideológico: atacar moralmente o militante parecia render desgastes ainda maiores.

Em várias partes do centro-sul a questão entre os dois lados, comunista e libertário, parecia ter o mesmo contorno. Em Santos, os sindicalistas revolucionários, com alguma violência, conseguiam manter maioria relativa. O mesmo

se repetia em São Paulo, onde *A Plebe* cumpria quase isolada o papel de difusora das apreciações de conjuntura de cunho anarquista.

A chegada de Domingos Passos à capital paulista, com o firme propósito de reorganizar a Federação Operária de São Paulo, acabaria por desencadear mais uma onda de acusações, desta vez por iniciativa de *A Nação*.

Segundo este periódico carioca, afinado com a causa comunista, o "martírio" de Passos fundava-se em uma grande "lenda".[140] Ele teria vivido todo o período de permanência no Pará (Clevelândia) em "confortáveis" condições. Comparando-o a Maurício de Lacerda afirmava *A Nação* que o "anarco-sindicalista" construíra sua própria história de perseguições e infortúnios para chamar a atenção do proletariado. Era ainda, segundo o periódico, um "ególatra". No propósito deliberado de questionar os efeitos da deportação sobre Domingos Passos, defendia *A Nação* a seguinte versão: eram os bolchevistas, que ficaram nas principais capitais, as maiores vítimas. Estes teriam sofrido as maiores privações e sofrimentos[141].

A Plebe, que havia voltado a circular em 1927, ao publicar alguns artigos sobre Domingos Passos[142], no "inferno da Clevelândia", saía em defesa do ativista da UOCC. Segundo o jornal, ao relatar um fato que visava mostrar a improcedência das acusações, Passos, ao tentar uma intervenção durante uma assembléia no Centro Cosmopolita, teria sido, além de impedido de falar, expulso daquele sindicato pelos "bolchevistas". Respaldado no acontecimento, expunha o periódico *A Plebe*[143] sua profunda indignação e apreensão com os possíveis desdobramentos do caso. E concluía que se dessa forma agem os "bolchevistas" no Brasil, "como procederão na Rússia, onde o seu partido está no governo, dispondo de todos os meios de compressão, como a policia, a magistratura e a famosa tcheca?"[144]

Trilhando semelhante linha, Manoel Soares, em artigo datado de 13 de março de 1927, criticava a crescente burocratização na Rússia. Alertando para as semelhanças entre os processos de perseguição estabelecidos na República Soviética e os que se davam no Brasil, Soares asseverava da necessidade de reação contra aquele estado de coisas:

> "No Brasil o P. Comunista, formado na quase totalidade por renegados do anarquismo e por políticos falidos, investiu contra os elementos anarquistas empregando para isso os mais reles processos. A calúnia e o insulto têm sido suas armas prediletas. A propósito de tudo lançam mão das já clássicas frases de 'traidores do proletariado' e 'agentes da burguesia'.
>
> O palavreado venenoso dessa gente faria inveja ao pior dos chefes de polícia, ao mais vil dos agentes policiais. Em certos lugares eles foram ao cúmulo, pois chegaram à agressão pessoal.
>
> Quando rebentou em São Paulo a revolta militar, o governo da república, aproveitando a ocasião que se lhe deparava com a suspensão das garantias

> constitucionais, encarcerou militantes anarquistas em evidência, e, depois de os ter longo tempo nos porões infectos de navios, atirou-os juntamente com outros presos, para a já célebre Clevelândia."[145]

Sem tecer maiores considerações sobre o Oiapoque, o articulista tratou de reavivar, na memória de seus leitores, que somente anarquistas teriam sido remetidos àquela colônia, e que, dos que foram, cinco haviam morrido por lá. Em tom irônico encerrava:

> "Com o desenrolar dos últimos acontecimentos, chegou-se à conclusão de que, enquanto os bolchevistas 'verdadeiros defensores do proletariado' gozavam (ilegível) da polícia fontouresca. Os anarquistas, a quem eles chamaram de 'agentes da burguesia', pagavam com a vida a sinceridade das suas convicções."[146]

Chamadas de primeira página com títulos como "Pobre Revolução Russa!...", davam conta da degeneração do processo revolucionário conduzido pelos bolchevistas na Europa. Lá e cá, pela ótica anarquista, os "socialistas autoritários" ministravam aulas de como sufocar uma manifestação espontânea das massas.

José Oiticica, já bastante crítico à conduta dos comunistas na Rússia, escrevia no periódico *A Plebe* um jocoso e provocador artigo, na coluna intitulada: "Não Temer". Dizia que não havia porque o governo brasileiro temer o novo regime dos Sovietes, pois, segundo o articulista, o que se estava constituindo era um novo Estado com as relações formais já familiares aos demais países capitalistas. Dessa forma, José Oiticica, em larga medida, e de forma esquemática, instituía aquele que se tornaria o clássico conceito de "Capitalismo de Estado":

> "A feição administrativa russa é também a mesma 'mutatis mutandis' que a das nações capitalistas. E a velha pirâmide hierárquica. Em vez do Tzar há um comissariado e alguns parceiros feitos ministros, chefes de polícia e toda a seqüência de diretores e serventuários."[147]

Oiticica aproveita esta análise para reafirmar as teses já defendidas por Bakunin, no século XIX, com respeito à teoria de Marx sobre a ditadura do proletariado. Parecia, ao afamado professor e militante, um momento bastante oportuno para a definição dos limites que separavam as duas escolas do socialismo. E o marxismo-leninismo se prestava a elucidativo exemplo.

A estratégia da difamação não se circunscrevia, como se viu, ao Distrito Federal. Edgar Leuenroth, em carta a Nereu Rangel Pestana, um respeitado comunista, solicitava alguns esclarecimentos sobre uma campanha difamatória movida por *A Nação*. A querela envolvia uma viagem feita por Leuenroth, a

trabalho, aos EUA. Dessa forma responde Nereu Pestana, após referir-se ao envolvimento de Octávio Brandão e Astrojildo Pereira, no episódio das acusações:

> "Não há um ato seu, nessa missão aos Estados Unidos, que eu não pudesse participar como comunista e creio que disso estão convencidos os seus próprios adversários, pois, na minha opinião, trata-se apenas de uma campanha pessoal, infelicíssima."[148]

Casos como este ocuparam extensas páginas dos jornais comprometidos com ambas as vertentes, definindo, sob determinado aspecto, as prioridades e formas de combate. Se, por um lado, estas "acareações" explicitavam os meandros e singularidades doutrinárias de ambas as partes, por outro, potencializavam-se como material para servir ao desmonte, pela reação governamental, dos grupos envolvidos[149]. Ficava muito fácil para a polícia, acompanhando os informativos, utilizar as mútuas acusações como elemento de articulação de estratégias a serem empregadas contra ambas as tendências.

Mesmo no ano de 1923, em abril, as agressões já faziam algumas vítimas. Rodolfo Marques da Costa, o principal responsável pela seção trabalhista de *A Pátria*, fora atingido por violenta pancada no rosto.[150] O golpe teria sido desferido por um ex-anarquista, membro do PCB, de nome Olgier de Lacerda. Poucos dias após, o sindicalista e libertário Isidoro Augusto, terminaria por receber o mesmo tratamento violento, protagonizado pelo mesmo Olgier, desta vez acompanhado por Joaquim Silva.[151]

Após relatar detalhadamente o acontecido, Marques da Costa, em *A Pátria*, aproveitava para definir sua posição:

> "Estou cheio de tanto tolerar vilões dessa marca. Insultos, calúnias, tudo tolerei.
>
> Mas tudo tem um fim. Minha paciência esgotou-se e, se bem que não tenha ódio por essas criaturas repelentes, sinto que são trastes dignos de todo o meu desprezo e de minha mais intransigente impugnação.
>
> De agora em diante combatê-los-ei com mais veemência até sua derrota – não admitindo, é claro, a hipótese de que antes me venham faltar recursos ou tenha de sucumbir ante alguma das muitas infames ciladas que os bolcheviques sabem preparar como mestres de profissão.
>
> Os bolcheviques, pregando o seu "credo" aos trabalhadores, não têm coragem de dizer toda a verdade do seu "programa". São hipócritas.
>
> Prometem dar-lhes o céu para lhes dar o inferno.
>
> Prometem-lhes a liberdade e dão-lhes ditadura férrea.
>
> Porque temer desmascará-los abertamente?
>
> Acompanhem-me os que estejam de acordo comigo. Fiquem para trás os medrosos.

> Quem sabe se ainda me elevarão uma estátua, relembrando o nome do primeiro morto às mãos dos bolchevistas do Brasil?
>
> Olha que a honra para a família não era pequena!... "[152]

Na mesma época e no mesmo jornal, Marques da Costa mantinha sua coluna sempre alerta aos "deslizes" dos oponentes comunistas.

Mas, talvez, o fato de maior gravidade tenha acontecido em 1928, período crítico para o movimento anarquista, no Distrito Federal.

Após uma série de mútuas provocações, o deputado Azevedo Lima desafiava o presidente da União dos Operários em Fábricas de Tecido, Joaquim Pereira de Oliveira, a provar sua inocência diante de evidências, em poder do referido deputado, do seu envolvimento com a polícia carioca.

O fórum de exposição das referidas provas, teria lugar, no dia 14 de fevereiro daquele ano, na sede da União dos Gráficos, à rua Frei Caneca nº 4, encontro que aconteceu com o trágico saldo de 10 feridos, sendo que dois vieram a falecer.[153]

Existem sobre o mesmo fato algumas versões: para os anarquistas os disparos que vitimaram o sapateiro Antonino Dominguez, diretamente ligado aos libertários, e um gráfico teriam saído de pistolas portadas pelos comunistas Eusébio Manjon e Galileu Sanchez.[154] Segundo os comunistas, os referidos disparos teriam sido obra de policiais "secretas".[155]

Edgar Rodrigues transcreve[156] partes do depoimento de Antonino Dominguez, dado, pouco antes de sua morte, a um jornalista de *A Noite:*

> "'Quem me feriu foi Pedro Bastos.[157] – Por que? – Ele não me suporta, e isso porque, chefiando um grupo de comunistas na 'Aliança dos Operários em Calçados', à Praça da República, 42, me encontrou pela proa. – Mas só por isso? – É que ele dirigiu um ataque à nossa sociedade e eu o repeli. Desde então não me perdoou, aproveitando agora a ocasião para se vingar.'"[158]

A morte de Domingez ampliou a fissura na já desgastada relação entre comunistas e anarquistas. O atentado selava, com marcada indignação, por parte dos anarquistas, uma legenda, que não cessaria de crescer nos anos seguintes: a da "traição bolchevista".

4.9. A dialética operária

Das disputas entre ambos os blocos revolucionários podemos colher algumas informações interessantes, elementos que, inequivocamente, podem servir para relativizar os conceitos de crise do anarquismo e a subseqüente ascensão dos comunistas.

TERRA LIVRE

Em estudo bastante interessante, Marcos Del Roio faz um apanhado bastante amplo do avanço comunista em 1928 e do que existia em termos de resistência libertária nos estados do Brasil.

Segundo este autor, no Rio Grande do Sul, embora o Partido Comunista possuísse 80 militantes ainda assim era conhecido pelo seu "espírito de seita". Ao contrário do Rio e São Paulo, as relações com os anarquistas não se haviam deteriorado de forma tão acentuada. No ano em questão, chegou mesmo a existir uma aliança entre os sindicalistas anarquistas da Federação Operária do Rio Grande do Sul, a FORS, e o PCB.[159]

Em São Paulo, o principal apoio sindical do PCB era a União dos Trabalhadores Gráficos (UTG), além de mais três outras entidades. Nos embates com os sindicalistas anarquistas chegaram mesmo, os comunistas, a perder "O Internacional", órgão dos garçons e correlatos.[160] A penetração em São Paulo foi muito mais difícil para os membros do PC, se comparada com o mesmo fenômeno no Distrito Federal. Mesmo o BOC encontrou grandes dificuldades no campo da política eleitoral.[161] Del Roio afirma que a influência, no proletariado paulista, do "anarco-sindicalismo" era "amplamente majoritária".

Os anarquistas da FOSP, revigorada a partir de 1927, seguiriam, pelo menos até 1934, com relativa ascendência sobre as classes trabalhadoras.

No Rio de Janeiro, ao que tudo indica, a preeminência dos anarquistas experimentou seu ocaso antes mesmo do fim de 1929. Embora com certo vigor em 1927, os militantes no final da década encontravam-se bastante combalidos, espalhados pelos cárceres, ou mesmo diluídos no anonimato da burocracia sindical.

Apesar de terem os sindicalistas libertários do Rio conseguido, em junho de 1927, organizar um Sindicato de Ofícios Vários e logrado juntar um grande número de trabalhadores no 1º de Maio,[162] estes fatos não impediram o processo de decadência.

A conjuntura de 1927 mostrava-se bastante complexa; o avanço das propostas para organização de frentes únicas de trabalhadores, por mais refratários que fossem os sindicalistas revolucionários à idéia, conseguiu, em alguns momentos, inserir na retórica de comunistas, socialistas e anarquistas palavras de igual sentido. A tragédia anunciada, na execução dos anarquistas Sacco e Vanzetti, proporcionou alguns instantes de convergência aos setores mais progressistas no Distrito Federal e outras partes do país[163].

No mesmo mês de agosto, sob os efeitos da "lei celerada", *A Plebe* anunciava a prisão de inúmeros militantes, a maioria anarquistas, e entre eles Domingos Passos, Edgard Leuenroth e João Peres, todos ativistas de crucial importância no Rio e São Paulo.[164] Segundo o periódico, os operários teriam sido presos por ocasião das manifestações contra a execução de Sacco e Vanzetti. Alegaram então,

os redatores, para maior justiça do protesto, que as manifestações eram um fenômeno mundial e haviam, pelo menos no Brasil, transcorrido na mais completa ordem.

Talvez as manifestações pró Sacco e Vanzetti tenham sido a mais expressiva campanha da década, ao menos pela feição que apresentou, de unir as forças mais avançadas do momento. Tal fenômeno também se fizera presente no período do fuzilamento de Francisco Ferrer, na Espanha, em 1909,[165] ao alavancar uma campanha mundial de protesto que mobilizou vários segmentos do pensamento "democrático", também no Brasil.

Para a estratégia desenvolvida pelos comunistas, estes momentos, em que o objetivo unificava as energias, eram fundamentais. Como toda a campanha, esta se esgotaria na execução ou no perdão aos martirizados. Em qualquer dos casos, a aproximação e o calor dos acontecimentos teriam por si só forjado o clima ideal para filiações e proselitismos ideológicos.

Como exemplo de tal intenção, percebemos, no órgão do PC, *A Classe Operária*, o propósito de identificar antigos inimigos com a "causa maior e vitoriosa" do comunismo. Em letras garrafais, no 1º de maio de 1928, o jornal convocava "Todos à Praça Mauá às 2 Horas da Tarde!"[166] e neste primeiro número da segunda fase, denunciava que muitos operários estavam presos pelo "crime de serem conscientes". Os detidos eram "Domingos Passos, Festa, Manjon e Francisco Martins!"[167]

Sem definir a posição ideológica de cada preso, a coluna cumpria o papel de colocá-los sob o mesmo manto político. A condição de "conscientes" os mantinha na mesma esfera de influência, a do Partido Comunista.

4.10. Os números do PCB

A substituição do prestígio do sindicalismo revolucionário pela ação da "Sindical Vermelha", com efeito, deu-se no decurso dos últimos anos da década de 1920 e primeiros anos da seguinte. A transição não foi igual em todas as partes do território nacional, nem obedeceu a marcos cronológicos rígidos. No mais das vezes, observava-se a concomitância de forças e de influências em setores distintos das associações operárias.

A quantificação das forças identificadas com a proposta revolucionária é de difícil constatação. Em muitas oportunidades a eficiência da propaganda, seja do lado comunista ou libertário, sugeria o número de componentes filiados às respectivas propostas, relação mecânica que, não raro, induziu a erros no plano das projeções.

Astrojildo Pereira, em seu livro sobre a formação do PCB[168], ao referir-se a determinado informe publicado nas teses do encontro nacional, em fevereiro de 1925, relatava: "'No Rio e em Niterói, onde possuímos metade dos membros do PC, continuamos no máximo com 150 aderentes.'"[169]

Hermínio Linhares, ao transcrever informações do jornal *Sete de Setembro*, de 7 de setembro de 1925, afirmava: "'Éramos apenas doze os primeiros pioneiros do Partido Comunista do Brasil. Hoje, o Partido Comunista conta com mais de meio milheiro de membros no Rio, Pernambuco, Bahia, Vitória, São Paulo, Santos, Minas e Porto Alegre.'"[170] Também nessa passagem podemos verificar a precariedade da percepção que o partido tinha de suas bases; ou então, a estratégia da "confusão proposital" para obstruir as investigações policiais. De qualquer forma, fica prejudicada a intenção de concluir-se, através de certos registros, o montante exato dos militantes do PC.

Os comunistas, que periodicamente informavam a seus organismos internacionais o número de militantes, servem de referência à reflexão neste sentido. Em uma publicação da Internacional Comunista de 1928,[171] a seção brasileira do PC esclarecia: "O partido conta com 1200 membros, entre os quais 98 por cento são operários. O restante é composto de burgueses e intelectuais."[172]

Sobre o mesmo período, escrevia Astrojildo Pereira:

> "De acordo com relatório sobre o Brasil, o PCB contava, no final de 1928, com 800 membros, 600 dos quais estavam organizados em 70 células. Desde o Terceiro Congresso Nacional, levando em conta apenas o Rio de Janeiro, novos membros aderiram ao Partido na razão de 50 por mês. Sua força orgânica, conseqüentemente, beirava 1.200 membros, tendo-se formado entre 20 e 30 células adicionais."[173]

O relatório foi escrito com o firme propósito de divulgar os relevantes serviços prestados à "causa bolchevista no Brasil". Podemos observar alguma variação nos números que, no texto do documento, justifica-se pelo termo "força orgânica".

Entretanto, no conteúdo do relatório do chefe de polícia, Coriolano de Araújo Góes Filho, escrito em fevereiro de 1929, encontramos muito pouco interesse pelo "crescimento" do PC no Distrito Federal.[174] O oficial registrou o seguinte:

> "Para que se veja quão irrisório é o ensaio de propaganda 'comunista' entre nós basta folhear as páginas do volume que o Senhor Gustave Goutherot publicou sobre o comunismo no mundo. No Brasil pouco mais de 300 aderentes se inscreveram nas fileiras da IIIª Internacional."[175]

A disparidade entre as informações oficiais, apresentadas ao ministro pelo chefe de polícia, e os relatórios, também oficiais, ao *Komintern* é bastante grande.

Sob a apreciação de Coriolano de Araújo Góes, os comunistas são subvalorizados, nos números e na sua eficiência, como também os anarquistas que não são sequer citados. Perdidas entre as análises das atividades cotidianas de polícia, as informações sobre o "perigo vermelho" estão longe de ter o destaque esperado.

Através de uma carta escrita ao Comitê Central do PCB, sob o título "Portas Abertas", Aristides Lobo adicionou mais alguns ingredientes ao universo das informações no tocante às filiações. Ao analisar erros cometidos pela direção, em São Paulo, que teriam produzido, "uma soma maior de serviços prestados à burguesia do que ao proletariado", Aristides advertia:

> – "Abriram-se as portas do P.C. Mas mal se abriram escancaravam-se. A lei aqui, tem sido a seguinte: 'É assalariado? Quer entrar para o PCB?' e logo depois: 'Pois entre e esteja a vontade, a casa é sua!
>
> O resultado desse procedimento é que o P.C. cresceu um pouco, mas cresceu... de agentes de Polícia e imbecis.
>
> Que para o P.C. entrem agentes de Polícia quando se faz um grande recrutamento, isso pode acontecer. Mas que aconteça como resultado de uma burrice da vanguarda.
>
> – Isso é lamentável."[176]

Acreditamos que, com estes dados, não fique muito difícil perceber o grau de dificuldade em estabelecer a base numérica real dos militantes do PCB. É bem possível que a necessidade de contemplar as expectativas do *Komintern* com o Brasil esteja na origem de certas medidas adotadas pelo PC, aqui denunciadas por Aristides Lobo. Quanto às informações do chefe de polícia, elas reforçam o hiato e a descontinuidade dos números de filiados ao comunismo. O descaso do policial pode, de maneira inversa à das intenções dos comunistas na prestação de contas ao seu órgão máximo diretor, significar uma tentativa de simular eficiência no combate à subversão.

4.11. A Internacional Anarquista

Durante o governo de Arthur Bernardes, em que pese toda a repressão, os anarquistas lograram manter, através de mensagens que eventualmente conseguiam escapar à censura oficial, algum contato com o movimento operário internacional. Apesar do fenômeno da repressão aos movimentos revolucionários não se circunscrever apenas ao Brasil, as organizações e individualidades mais representativas do meio libertário no exterior buscaram algumas formas de aglutinação.

Para tanto, os anarquistas reuniram-se em um primeiro grande congresso que visava reestruturar a oitocentista Iª Internacional. O encontro realizado em Berlim, no ano de 1922,[177] correu com relativo sucesso. Os congressistas deliberaram, como resultado final, além de uma série de medidas, pela organização de um novo congresso a ser celebrado em Amsterdã, no ano de 1925.

As duas grandes figuras do "IIº Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores" (AIT) foram o alemão Rudolf Rocker e o espanhol Diego Abad de Santillán que não só eram intelectuais de sólida erudição como também conheciam bastante de perto a situação de vários países latino-americanos.

Santillán chegou mesmo a manter correspondência com Domingos Passos e Marques da Costa, buscando uma troca de experiências para o avanço do sindicalismo latino-americano.[178] Radicado durante muito tempo na Argentina, o teórico do sindicalismo revolucionário escrevia, com significativa freqüência, no famoso *La Protesta*. Este periódico contou com grande prestígio nos meios libertários de toda América Latina e até mesmo Europa.

Marques da Costa, para o seu primeiro contato com Santillán, antes do Congresso de 1925, havia escrito uma carta bastante detalhada e informativa.[179] Nela, além de um curto histórico da imprensa libertária no Rio de Janeiro, aludiu ao seu trabalho na UOCC e na seção trabalhista de *A Pátria*. Contatos como estes e a intensa circulação de boletins informativos veiculados pelos jornais, em determinada medida, facilitaram o estreitamento das relações entre a AIT e o sindicalismo anarquista no Brasil.

A Batalha, de Portugal, destinou longos espaços em suas colunas ao evento de Amsterdã. Nelas os nomes de algumas associações presentes figuravam com seus respectivos delegados.[180] Destacamos o nome do representante da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), o próprio Rudolf Rocker, que acumulava também o cargo de Secretário Geral da AIT. Fato que revela não só uma situação extraordinária para o período no Brasil como também a afinidade e estreita ligação com o movimento internacional dos operários anarquistas ativos no Brasil meridional.[181]

Outros países latino-americanos de significativo peso político fizeram-se representar no encontro; Santillán estava investido das delegações da Federação Operária Regional Argentina (FORA) e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), do México, e Júlio Diaz representava a Federação Operária Regional Uruguaia (FORU).

O Congresso terminava a 27 de março e as principais resoluções indicavam o sindicalismo revolucionário como a melhor arma contra "a social-democracia e o bolchevismo autoritário".[182] Além, é claro, da nova bandeira de "6 horas" de trabalho ao dia. Segundo J. W. F. Dulles, para representar os operários do Distrito Federal, no IIº Congresso da AIT, foi indicado o nome do polêmico Carlos Dias,

mas em função dos acontecimentos de julho de 1924, teria o intento ficado prejudicado.[183]

Os ecos da AIT na América Latina, ainda na década de 20, precisamente em maio de 1927, evidenciaram-se com a celebração de um encontro organizado pela CGT do México e a FORA da Argentina. O evento, que entrou para os anais da história sindical americana, sob o título de "Congresso Operário Continental", foi realizado em Buenos Aires, com a participação de vários países latino-americanos. *A Plebe* noticiaria, em 14 de maio, a adesão das Federações do Pará, Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro à AIT.[184] Domingos Passos enviava, ao jornal paulista, um apelo para que se fizessem manifestações de apoio ao Congresso.

Sem dúvida, o referido evento contou com as energias e experiência de Diego Abad de Santillán, que havia retornado à Argentina na segunda metade do ano de 1926.[185] O militante espanhol era, por assim dizer, um vigoroso propagandista da causa revolucionária concorrendo, não só para o sucesso do Congresso, como também para a qualidade do periódico portenho, *La Protesta*.

Do Rio de Janeiro, partia a sugestão de Domingos Passos em indicar, Thomaz D. Borche, já próximo de Buenos Aires, para representar os operários cariocas no referido encontro. Borche, veterano do Oiapoque, a despeito de gozar da confiança dos anarquistas do Rio de Janeiro, certamente não era o mais indicado a representar os operários do Distrito Federal. É bem possível encontrar, na origem desta sugestão, o profundo caos financeiro no qual se encontravam os sindicatos mais aguerridos. A dificuldade não se restringia apenas à repressão.

4.12. Os anarquistas na revolução impossível

No projeto da revolução democrático-burguesa dos comunistas, várias forças se coadunavam no tabuleiro das possíveis ligações: o apoio dado condicionalmente ao Partido Democrático, em São Paulo, no ano de 1928[186], assim como as simpatias de Astrojildo Pereira pela Coluna Prestes, demonstravam o lado prático e mais imediato dessa concepção:

> "Nesses termos, embora houvesse possibilidades de várias revoluções a partir de cada uma das propostas políticas, o sujeito político dirigente do processo não era tão indefinido assim, pois aparecia corporificado na figura de Luís Carlos Prestes e dos 'revolucionários'. A partir daí, o que passa a ser definido não são os 'tenentes', mas sim 'revolucionários', sujeitos políticos, por excelência, do conjunto das propostas de revolução."[187]

Contra o bloco conservador dos Partidos Republicanos locais, erguiam-se algumas representativas figuras, tais como Miguel Costa, Maurício de Lacerda e

Luiz Carlos Prestes, irmanadas no significado que vinha se cunhando de "revolução".[188]

O periódico oficioso do PCB, em São Paulo, *O Combate*, não deixou de celebrar tais opiniões coincidentes que, por diversas vezes, deram sentido às colunas do referido órgão. Astrojildo, em discurso de julho de 1929, bradava:

> "A corajosa marcha da Coluna Prestes exerceu enorme influência no despertar das massas rurais desesperançadas e apáticas. Simultaneamente, sua atividade levou a luta de uma camada mais ampla da população e apresentou uma plataforma realmente capaz de atrair as massas. Quando da revolução de 1922, e da mesma forma em 1924, os revolucionários se bateram por pequenas formas democráticas e liberais, insurgiram-se contra a 'falta de liberdade, de justiça' etc. Mas, com o desenrolar do movimento, o programa clamou por uma revolução mais profunda. O confisco das grandes propriedades, a eliminação dos impostos exorbitantes lançados sobre o campesinato empobrecido, a repartição do latifúndio, o controle dos imperialistas e da burguesia local foram reivindicações feitas pelos revolucionários."[189]

A avaliação do secretário do PC passava pela desejável aliança com os membros da Coluna, já que as forças imperialistas da Inglaterra e EUA viam, segundo ele, no Brasil, um palco para exercitar as suas disputas. Fato que, por si só, já suscitava a emergência da aproximação das duas forças "revolucionárias".

Para a linha política do PCB, a significação do conceito de revolução estava sendo construída pela própria dramaticidade daquele momento histórico. A sombra do imperialismo, e a luta contra as forças mais conservadoras, forneciam, assim, o elemento contingencial e catalisador que determinava a lógica da desejada aliança.

Entretanto, a questão estava distante da simplicidade, de acordo com E. De Decca: através da manifestação de várias concepções políticas, presentes na luta de classes, tornava-se possível perceber a construção, a partir de cada uma delas, de um sujeito político evidenciado pelo qualificativo de "revolucionário", aquele que iria promover a revolução. Mas restava a dúvida:

> "Qual revolução? Se as lideranças dos 'revolucionários', Luís Carlos Prestes, Miguel Costa, Isidoro Dias Lopes, Siqueira Campos, Juarez Távora e outros, encarnam a própria revolução, não resta dúvida que, desde 1928, ela tem registros diferentes para cada um deles. E tal diversidade de propostas não se limita apenas ao âmbito das lideranças do movimento dos 'revolucionários', pois Maurício de Lacerda e Astrojildo Pereira, com posições diferentes, criam também o sujeito político para a revolução diferente. Entretanto, desde cada uma das propostas de revolução, a criação do sujeito político – os 'revolucio-

nários' e a liderança de Luís Carlos Prestes – e a explicitação do inimigo comum – as oligarquias – garantem a possibilidade de um acordo tácito entre as várias tendências políticas que conjuga interesses das classes dominantes descontentes com o governo do Partido Republicano, dos setores médios urbanos e da classe operária."[190]

Na perspectiva dos comunistas este era o espaço das possibilidades. Tentar defender a "revolução" fora deste campo de percepção equivalia a uma condenação ao ostracismo. Já bem dentro das regras institucionais, os comunistas haviam optado por um tipo de radicalidade possível, em um plano político de maior visibilidade. Assim, os primeiros passos, os embrionários, seguiam no sentido de se criar um conceito-espaço do qual faziam parte constitutiva e no qual ocupavam a posição mais avançada. Dessa forma, a idéia de "Forças Progressistas" traduzia não só o modo mas também o tipo de ação mais conseqüente para o revolucionário: eles defendiam o que acreditavam ser a "idade da razão" para os agentes da revolução brasileira. Portanto, os comunistas, demiurgos dos novos tempos, deveriam interferir nas mudanças da forma mais "consciente possível" e, como conseqüência, acabariam por engendrar um dualismo no qual os anarquistas ocupariam o extremo oposto.

Dessa forma, as práticas dos libertários eram vistas como a-históricas, ou ao menos descoladas do princípio inteligível de revolução. Muito da lógica revolucionária comunista, a despeito do materialismo empregado, guiava-se por uma profunda fé nos ritmos da história. Este pensamento revelava, muitas vezes, um caráter transcendente aos pressupostos defendidos pelos adeptos do "bolchevismo".

Os anarquistas, acusados de toda a sorte de atavismos e atrasos, muito ao contrário, investiam na imanência do campo da *ação direta*. Recusavam-se a admitir, como insistiam seus detratores, a obsolescência de seus métodos e a perda de seu protagonismo na história.

Rudolf Rocker, nos anos 30, escreveria sobre a singular apreciação dos anarquistas dos movimentos da sociedade:

> "Quanto mais profundamente se examinam as influências políticas na História, tanto mais se chega à convicção de que a 'vontade de poder' [191] tem sido, até agora, um dos estímulos mais vigorosos no desenvolvimento das sociedades humanas.
>
> A concepção segundo a qual todo o acontecimento político e social é só um resultado das condições econômicas eventuais e que unicamente assim pode ser explicado totalmente, não resiste a uma consideração mais séria."[192]

Rocker não descartava por completo a eficiência do método do materialismo

histórico, considerando inclusive que o mesmo já se verificava em Saint-Simon, Louis Blanc, Proudhon e Considérant. Contudo, afirmava, com taxativa convicção:

> "O erro fundamental desta teoria consiste em equiparar as causas dos acontecimentos sociais às causas dos fenômenos físicos. A ciência se ocupa exclusivamente dos fenômenos que operam no grande quadro que chamamos de natureza e estão, por conseqüência, ligados ao tempo e ao espaço e sendo acessíveis aos cálculos do intelecto humano. Pois o reino da natureza é o mundo das conexões internas e das necessidades mecânicas, é nele que todo sucesso se desenvolve de acordo com as leis de causa e efeito. E neste mundo não há nenhuma casualidade, qualquer arbitrariedade é inconcebível. Por esta razão conta a ciência só com feitos estritos; um só feito que contradiga as experiências feitas até aqui, que não se deixe integrar na teoria, pode converter em ruínas o edifício doutrinário mais engenhoso."[193]

Sem dúvida, as considerações do filósofo alemão fazem parte de um contexto específico de resistência ao pensamento hegemônico de Marx, principalmente no que ele continha de político. Todavia, abstraídas as intencionalidades ideológicas contidas nos argumentos, estes se prestam muito bem ao propósito de sugerir aos grupos revolucionários minoritários, nos anos 40 e 50[194], parâmetros doutrinários alternativos ao marxismo.

Notas:

[1] Kazumi Munakata. *A Legislação Trabalhista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 31.

[2] *Ibidem*.

[3] A característica Federativa da Constituição de 1891 gerou um impedimento à imposição da autoridade do Executivo. A reforma da Constituição em 1926 abriu o precedente jurídico necessário às reformas do pós-1930.

[4] Munakata, *op. cit.*, p. 40.

[5] **BVO**. *A Batalha*, 30/07/1925.

[6] **AAB**. Relatório de Carlos da Silva Reis de 17 de julho de 1925. MR. 6.

[7] Pinheiro, *Estratégias da Ilusão*, *op. cit.*, p. 111.

[8] O conceito tornou-se de voz corrente na Europa Ocidental no início do século XX, principalmente na França. Era vocábulo atribuído a operários que colaboravam com os patrões ou governo.

[9] Edgar De Decca. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59.

[10] *Ibidem*, p. 81.

[11] *Ibidem*, p. 80.

[12] *Ibidem*, p. 81.

[13] Michel Zaidán. *O Grande Tournant: O VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929)*, In *História do Marxismo no Brasil – o impacto das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 92.

[14] J. Humbert-Droz era o responsável, indicado pela IC, para a América Latina.

[15] Carone, *Movimento Operário no Brasil*, *op. cit.*, p. 492.

[16] *Ibidem*, p. 487.

[17] *Ibidem*.

[18] *Ibidem*, p. 489.

[19] *Ibidem*.

[20] *Ibidem*.

[21] *Ibidem*, p. 489.

[22] *Ibidem*, p. 490.

[23] Referência mitológica à alegoria de Ariadne e o labirinto de Creta. O fio que garantia o retorno do interior do labirinto pode ser entendido como "logos", a razão.

[24] *O Trabalhador Gráfico*, Apud, Munakata, *op. cit.*, p. 43.

[25] Munakata, *op. cit.*, p. 43.

[26] Marco Del Roio. *A Classe Operária na Revolução Burguesa – A política do PCB:1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990, p. 32.

[27] *Ibidem*, p. 33.

[28] Além das diretrizes do *Komintern*, os comunistas enfrentavam uma luta específica para levar à frente seu modelo de revolução. Situação que os colocava em contato com segmentos de diversas perspectivas sociais.

[29] Del Roio, *op. cit.*, p. 36.

[0] *Ibidem*, p. 41.

[31] Paulo Sérgio Pinheiro e Michael. M. Hall., *Classe Operária no Brasil. 1889-1930* – vol. I. São Paulo; Alfa Omega, 1979, p. 270.

[32] Fritz Mayer. [Octavio Brandão], *Agrarismo e Industrialismo*. Buenos Aires, 1926, *apud* P. S. Pinheiro, M. Hall. *Classe Operária no Brasil 1889-1930* vol. I., *op. cit.*, p. 272.

[33] *Ibidem*.

[34] *Ibidem*, p. 273.

[35] Há que se notar que O. Brandão indicou a inexistência de partidos burgueses no Brasil colocando o plano político nas mãos de oligarquias e do incipiente PCB. É bem provável que esteja se referindo ao "partido pequeno-burguês" como segmento da sociedade ou fazia parte da sua linha de raciocínio contar com o aparecimento do mesmo. Em 1928, no Rio de Janeiro, apareceram o P.D., Partido Democrático, e o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, formados por intelectuais e representantes da burguesia; estes, juntamente com o BOC, dos comunistas, fizeram então frente aos partidos tradicionais.

[36] Pinheiro e Hall. *Classe Operária no Brasil 1889-1930* vol. I., *op. cit.*, p. 274.

[37] Pinheiro, *Estratégias da Ilusão*, *op. cit.*, p. 205.

[38] Nas *Teses de abril*, Vladimir Ilich Ulianov [Lenin] defendeu os sovietes como base para a tomada do poder em 1917. Contrariando sua anterior visão em: *Duas táticas da Social-democracia na revolução democrática*, na qual afirmava que os sovietes pertenciam a um "passado remoto". Maurício Tragtemberg. *A Revolução Russa*. São Paulo: Atual, 1988, p. 100.

[39] Helio Negro e Edgard Leuenroth. *O que é o Maximismo ou o Bolchevismo*. *op. cit.*, p. 9.

[40] *Ibidem*, p. 20.

[41] Após o episódio da base naval de Kronstadt, em São Petersburgo, no ano de 1921, em que foram massacrados milhares de autonomistas pelo Exército Vermelho, as relações entre bolchevistas e anarquistas, em todo o mundo, deterioraram-se bastante.

[42] Dulles, *op. cit.*, p. 77.

[43] Errico Malatesta, um dos próceres do comunismo anarquista, nasceu em lar burguês na Itália de 1853. Após lutar, toda sua vida, contra as correntes "autoritárias" do socialismo e o capitalismo, morre, sob o regime fascista, em prisão domiciliar, no ano de 1932.

[44] Dulles, *op. cit.*, p. 78.

[45] *Ibidem*.

[46] Rodrigues, *Alvorada Operária*, *op. cit.*, p. 161.

[47] *Ibidem*, pp. 163-164.

[48] *Ibidem*, p. 163.

[49] *Ibidem*, p. 167.

[50] Pinheiro e Hall, *vol. I.*, *op. cit.*, pp. 252-253.

[51] Astrojildo Pereira. *Formação do PCB – 1922 - 1928*. Lisboa: Prelo, 1976., p. 51.

[52] Astrojilo Pereira. *Não nos assustemos com o debate*. Movimento Comunista – ano I – nº 3. 1922, in Pinheiro e Hall. Vol I., *op. cit.*, p. 257.

[53] Edgar Rodrigues. *Nacionalismo e Cultura Social*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1972, p. 421.

[54] Esta versão foi confirmada por L. Konder, com base em testemunho de Afonso Schmidt. Leandro Konder. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 128.

[55] Edgard Leuenroth. *Depoimento*, In *Revista Civilização Brasileira – caderno especial 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 332.

[56] O bolchevismo, como uma leitura singular do marxismo, certamente, ao menos aos mais informados do meio libertário, deveria suscitar as incompatibilidades entre as propostas de ruptura social defendidas por Marx e Bakunin no interior da Iª Internacional. Este debate, como se não bastassem as hostilidades recíprocas entre os referidos teóricos, terminou por excluir o anarquista Bakunin dos debates, em 1872.

[57] EPQ. José T. Lorenzo. *Maximalismo e anarquismo*. Rio de Janeiro: 1920.

[58] Sheldon L. Maran. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil (1840 – 1920)*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1979, p. 84.

[59] Pinheiro e Hall, vol. I., *op. cit.*, p. 258.

[60] *Ibidem*, p. 260.

[61] *Voz do Povo*, 01/05/1922, In Edgar Rodrigues. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro: Mundo Livre, s.d., p. 109.

[62] A formação original do PCB, de março de 1922, contava com Astrojildo Pereira, Cristiano Cordeiro, Hermogênio Silva, João da Costa Pimenta, Luiz Perez, Joaquim Barbosa e José Elias da Silva; ex-anarquistas e Abilio Nequete e Manuel Candón, socialistas. Edgar Carone.

Uma Polêmica nos Primórdios do PCB: O Incidente Canellas e Astrojildo (1923), in *Memória e História 1*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981, pp. 15-16.

[63] Em 1926 houve uma luta no interior do partido, encabeçada por Joaquim Barbosa, que pôs em evidência algumas debilidades da unidade comunista. Uma nova divisão, em 1928, colocaria à prova novamente o PCB. E. Carone. *Uma Polêmica nos Primórdios do PCB: O Incidente Canellas e Astrojildo (1923)*, *op. cit.*, p. 15.

[64] O grupo de afinidade "Os Emancipados", através de seu jornal *A Revolução Social*, abriu uma seção de debates sobre análise econômica do país, no ano de 1923. Tal atitude, em função de opiniões pouco libertárias publicadas no referido jornal, valeu aos responsáveis severas críticas do corpo editorial de *A Plebe*. É bem provável que, embutidos nas críticas de *A Plebe*, estivessem os germes que diferenciavam o "puro" anarquismo, representado pelo grupo "Os Emancipados", do sindicalismo anarquista de *A Plebe*. BN. *A Pátria*, 13/09/1923.

[65] Os anarquistas dividiam-se, grosso modo, em: individualistas, coletivistas, comunistas-anarquistas, mutualistas e anarco-sindicalistas. Nos boletins e jornais as tendências expressavam-se de acordo com o prestígio e poder de argumentação dos respectivos representantes.

[66] Canellas, ex-anarquista, ingressou nas fileiras comunistas nos primeiros tempos da agremiação.

[67] Carone, *Polêmica nos Primórdios do PCB...*, *op. cit.*, p. 18.

[68] Nos últimos anos do governo Arthur Bernardes, passaria a publicar o *5 de Julho*, auxiliado por José Oiticica.

[69] Carone, *Polêmica nos Primórdios do PCB...*, *op. cit.*, p. 23.

[70] BN. *A Pátria*, 04/05/1924.

[71] Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (1930 – 1983)., *op .cit.*, p. 798.

[72] AN. IJ6 - 396.

[73] Octavio Brandão. *Combates e Batalhas – Vol. 1*. São Paulo: Alfa-Omega, 1987, p. 240.

[74] BN. *A Pátria*, 06/10/1923.

[75] *Ibidem*.

[76] *Ibidem*.

[77] *Ibidem*, 16/03/1922.

[78] Em Domingos Passos, algumas vezes seu secretário, ela encontrou um verdadeiro tribuno – condição que lhe valeu muitas vezes os piores juízos por parte dos comunistas. A história de Passos confunde-se com a trajetória do seu sindicato.

[79] Dulles, *op. cit.*, p. 120.

[80] BN. *A Pátria*, 17/04/1923.

[81] *Ibidem*, 04/04/1923.

[82] *Ibidem*,14/04/1923.

[83] *Ibidem*, 19/04/1923.

[84] *Ibidem*, 20/04/1923.

[85] *Ibidem*, 08/07/1923.

[86] *Ibidem*, 13/07/1923.

[87] *Ibidem*, 14/08/1923.

[88] *Ibidem*, 25/08/1923.

[89] *Ibidem*.

[90] Órgão de imprensa da referida Federação.

[91] ACELIP. *A Voz do Povo*, 06/02/1920.

[92] *Ibidem*.

[93] *Ibidem*.

[94] Temos os exemplos das seguintes organizações: Associação dos Carpinteiros Navais, Aliança dos Metalúrgicos e outros.

[95] Dulles, *op. cit.*, p. 172.

[96] *Ibidem*, p. 173.

[97] *Ibidem*.

[98] A primeira FORJ originou-se de uma similar chamada Federação Operária Regional Brasileira, que já existia em 1905. Entretanto, por decisão do 1º Congresso Operário, a FORB transformou-se em FORJ no dia 3 de setembro de 1906. Esta última teve vida atribulada, com crises internas e constantes esvaziamentos e abandono. Mas, em 1912, revitalizada, foi elemento fundamental para a realização do "Segundo Congresso Operário", em 1913.

[99] BN. *A Pátria*, 06/06/1923.

[100] *Ibidem*, 01/03/1923.

[101] *Ibidem*, 22/04/1923.

[102] *Ibidem*, 24/07/1923.

[103] *Ibidem*, 09/06/1923.

[104] Em 04/07/1923 o jornal *A Pátria* publicava curiosa notícia denunciando o convite feito pelos comunistas ao cangaceiro Antônio Silvino, que se encontrava preso, para a chefia da "Guarda Vermelha".

[105] BN. *A Pátria*, 29/07/1923.

[106] *Ibidem*, 31/07/1923.

[107] *Ibidem*, 01/08/1923.

[108] *Ibidem*, 02/08/1923.

[109] *Ibidem*, 18/08/1923.

[110] *Ibidem*, 23/08/1923.

[111] Boris Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1977., p. 41.

[112] *Ibidem*, p. 42.

[113] *Ibidem*, p. 44.

[114] *Ibidem*, p. 50.

[115] ACELIP. *A Voz do Trabalhador*, 15/08/1908.

[116] Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social.*, op. cit., p. 55.

[117] *Ibidem*, p. 56.

[118] ACELIP. *A Voz do Trabalhador*, 15/10/1913.

[119] *Ibidem*.

[120] Angela de Castro Gomes. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 159.

[121] *Ibidem*.
[122] *Ibidem*, p. 160.
[123] *Ibidem*.
[124] *Ibidem*.
[125] *Ibidem*, p. 161.
[126] *Ibidem*, p. 162.
[127] *Ibidem*, p. 164.
[128] **BN**. *A Pátria*, 08/10/1923.
[129] *Ibidem*, 01/10/1923.
[130] *Ibidem*.
[131] *Ibidem*, 09/05/1924.
[132] *Ibidem*.
[133] Ver, para maiores esclarecimentos, Samis. *op. cit*. p. 2.
[134] Munakata, *op. cit*., p. 45.
[135] *Ibidem*, p. 48.
[136] *Ibidem*, p. 51.
[137] *Ibidem*, p. 53.
[138] *Ibidem*, p. 54.
[139] Dulles, *op. cit*., p. 241.
[140] *Ibidem*, p. 264.
[141] Esta tese dos comunistas, como apontamos em outra passagem do livro, era bastante utilizada nas suas reuniões e imprensa.
[142] Mesmo antes da deportação de Passos para a Clevelândia, este representava para os comunistas um grande transtorno. Grande parte das colunas de *A Pátria*, reservadas ao ataque dos "rapazes de Moscóvia" eram subscritas pelo referido membro da Construção Civil. A energia invulgar de Domingos Passos e os seus textos incisivos granjearam-lhe muito prestígio entre os libertários e, por conseguinte, um número expressivo de desafetos no campo oposto.
[143] **AEL**. *A Plebe*, 26/02/1927.
[144] *Ibidem*.
[145] *Ibidem*, 01/05/1927.
[146] *Ibidem*.
[147] *Ibidem*, 11/06/1927.
[148] *Ibidem*, 28/05/1927.
[149] Em muitos prontuários de polícia podemos encontrar, em anexo às anotações ordinárias, recortes de jornais operários com notícias pertinentes a trajetória do militante e de contendas entre os grupos dissidentes do sindicalismo.
[150] *Ibidem*, 12/05/1923.
[151] *Ibidem*, 25/05/1923.
[152] *Ibidem*, 06/05/1923.
[153] Dulles, *op. cit*., p. 285.

[154] Rodrigues, *Novos Rumos*, *op. cit*., p. 297.
[155] Dulles, *op. cit*., p. 285.
[156] Rodrigues, *Novos Rumos*, *op. cit*., p. 297.
[157] Pedro Bastos era o pseudônimo de Galileu Sanchez. Este fazia parte do PCB, mas antes de ingressar nas fileiras do Partido havia, ainda como anarquista, assinado um demolidor artigo denunciando atrocidades na URSS. Em tom acusatório referia-se aos bolchevistas como: "As ratazanas de Capa Vermelha." *O Trabalho*, 10/06/1922, Apud E. Rodrigues, *Novos Rumos*. *op. cit*., p. 115.
[158] Rodrigues, *Novos Rumos*., *op. cit*., p. 297.
[159] Del Roio, *op. cit*., p. 61.
[160] *Ibidem*, p. 62.
[161] Ao criar aliança com o PD, os comunistas pretendiam fortalecer os setores da burguesia liberal, na impossibilidade de levar à frente o seu projeto.
[162] **AEL**. *A Plebe*, 25/06/1927.
[163] O 1º de Maio convocado pela FORJ, na Praça 11 de Junho, no Rio de Janeiro, colheu alguns louros desta situação.
[164] **AEL**. *A Plebe*, 06/08/1927.
[165] Francisco Ferrer foi executado pelo pretenso envolvimento nas atividades grevistas da região da Catalunha. Notabilizou-se por suas teorias chamadas racionalistas, no campo pedagógico, ele perfilhava da proposta anarquista no que se referia ao antiautoritarismo e busca da ilustração das camadas mais pobres da sociedade. Após sua morte, em 13 de outubro de 1909, seu método contabilizou ainda maior notoriedade; não só na sua terra natal, como também em diversos países da Europa e Américas.
[166] **ACELIP**. *A Classe Operária*, 01/05/1928.
[167] *Ibidem*.
[168] Astrojildo Pereira. *A Formação do PCB (1922-1928)*. Lisboa: Prelo, 1976.
[169] *Ibidem*, p. 84.
[170] Hermínio Linhares. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. Rio de Janeiro: 1955, p. 89.
[171] "L'activité de l'Internationale Communiste de V au VI Congrès" Paris, Bureau d'Editions, 1928, Feltrinell., reprinte, 1967, pp. 67-68 e 508-511 (IISG), in Pinheiro e Hall. vol. II., *op. cit*., p. 285.
[172] *Ibidem*.
[173] Dulles, *op. cit*., p. 315.
[174] Existe no relatório uma menção ao episódio, já comentado anteriormente, do atentado no sindicato dos gráficos, em que morreram dois militantes.
[175] Relatório do Distrito Federal Apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto de Vianna do Castelo – Ministro da Justiça e Negócios Interiores em 1929.
[176] **AESP**. Prontuário Aristides Lobo – DESPS – Carta datilografada de 13/12/1929.
[77] Este Iº Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) no século XX, foi resultado de um evento anterior em Londres, pouco antes da Grande Guerra, no ano de 1913. Justamente em função do conflito mundial, os sindicalistas revolucionários só pu-

deram materializar as aspirações de um primeiro congresso, alguns anos após o encerramento das atividades bélicas.

[178] Pinheiro e Hall, Vol. I., *op. cit.*, p. 275.

[179] Carta manuscrita de Marques da Costa a Abad de Santillán, (*Korrespondenz)*, 1924 (IISG), In Pinheiro e Hall, vol. I., *op. cit.*, p. 277.

[180] **BVO**. *A Batalha*, 28/03/1925.

[181] Não devemos descartar a hipótese das facilidades que a região apresentava, em função das colônias germânicas e do próprio arcabouço político do estado em questão. As rebeliões no Rio Grande do Sul; os seus desdobramentos e permanências são um capítulo à parte na história dos anos 20. Sobre a história do operariado no Rio Grande do Sul, ver: *Revista de Estudos Ibero-Americanos*/ Pós-Graduação de História, PUCRS. – v. XXII, nº 2 (dez. 1996), Porto Alegre, EDIPUCRS.

[182] **BVO**. *A Batalha*, 01/04/1925.

[183] Dulles, *op. cit.*, p. 239.

[184] **AEL**. Os anarquistas do Rio de Janeiro seriam representados por Thomaz Derliz Borche, [sic] um dos deportados do Oiapoque, que se encontrava em "Montevidéu em visita à família." *A Plebe*, 14/05/1927.

[185] Carlos Diaz. *Diego Abad de Santillán – Semblanza de un Leonés Universal.* – León: I.A.F. Unidad de Imagen, 1997, p. 45.

[186] Del Roio, *op. cit.*, p. 65.

[187] E. De Deca, *O Silêncio dos vencidos*, *op. cit.*, p. 84.

[188] *Ibidem*, p. 85.

[189] Astrojildo Pereira, sob o pseudônimo de Américo Ledo, *Apud*, Dulles, *op. cit.*, p. 316.

[190] De Decca, *O Silêncio dos Vencidos*, *op. cit.*, p. 87.

[191] Neste particular pode-se entender, em que pese a definição adotada por Nietzsche, nesta expressão a justificativa do uso da *ação direta* pelos anarquistas.

[192] Rudolf Rocker. *Nacionalismo y Cultura*. Ed. Reconstruir. s.d. p. 15. (A tradução do livro, do original alemão, foi feita por Diego A. Santillán em 1949).

[193] *Ibidem*, p. 16.

[194] Rudolf Rocker nasceu na Alemanha em 1873, vindo a falecer nos EUA, em 1958. Durante toda sua vida militante, não deixou de colaborar com publicações libertárias em todo o mundo. É, com bastante justiça, o mais expressivo teórico do anarquismo de língua alemã do século XX.

Conclusão

O estereótipo do "imigrante radical" e a constante transformação das reivindicações sociais em representações do apocalipse contribuíram sobremaneira para a sedimentação de um quadro dantesco, protagonizado pelos setores populares da sociedade. A classe dominante, artífice em muitos aspectos das referidas imagens, logrou algumas vantagens desta construção. O horror, entre outras coisas, ao "mito social" das greves se tornou combustível "imagético" perfeito para demonstração empírica dos piores presságios da elite política brasileira. É preciso entender que a simples conjectura ou possibilidade real de autonomia das massas equivalia, para o poder instituído, abandonar a certeza do papel hegemônico e histórico de sua classe.

Os movimentos de trabalhadores e de outros segmentos insatisfeitos, dessa forma, adicionaram ingredientes que consubstanciaram teorias e justificaram a ampliação do aparelho de repressão do Estado. Em muitos aspectos, os delírios e a legislação do governo, naqueles tempos, formaram um binômio de conseqüências funestas para as organizações operárias e população pobre no Brasil e, em especial, do Centro-Sul. A retaliação oficial, em quase todos os casos, não distinguiu, com clareza suficiente, o alvo de sua *razia*. Mas certo é que, foram os operários militantes e pobres das cidades os mais atingidos. As medidas para garantir a estabilidade do Estado faziam da truculência sua característica mais visível; controlar as massas passava por docilizá-las pelo terror ou pela cooptação através dos corporativos códigos de leis.

Os anarquistas, por sua vez, a despeito da própria segurança, e insistindo no labor cotidiano da revolução pareciam dispostos, ao menos até os anos vinte, a encarnar o rosto da "insanidade social". Eles foram, sem dúvida, os artífices conscientes de um confronto entre o poder estabelecido e os projetos de autonomia dos setores mais radicais da sociedade. As barricadas do anarquismo representaram o impedimento à ordem de Estado, eram as queixas que deveriam permanecer inauditas. Esse antagonismo contribuiu de forma significativa para que, a partir de 1924, o aparelho policial, já de posse das forças e experiência, adquiridas nas sucessivas refregas, primeiro contra os ativistas libertários e populares e posteriormente contra segmentos militares amotinados, contasse com um cabedal inequivocamente mais eficiente se comparado aos governos anteriores.

A deportação de anarquistas e demais contingentes amotinados para a região da Clevelândia, separada do contexto mais amplo da história do país, não representaria grande coisa não fosse o forte apelo dramático que fizeram do episódio as